UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JANAÍNA LÉIA PASSOS DA SILVA

ENTRE "BANZEIROS": SOFRIMENTOS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES AMAZÔNIDAS MIGRANTES DURANTE A TRAJETÓRIA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

MANAUS – AM
2024

JANAINA LÉIA PASSOS DA SILVA

ENTRE "BANZEIROS": SOFRIMENTOS E RESISTÊNCIAS DE MULHERES AMAZÔNIDAS MIGRANTES DURANTE A TRAJETÓRIA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicológicos e Saúde.

Orientador: Dr. Breno de Oliveira Ferreira

Coorientadora: Dra. Ádria de Lima Sousa.

MANAUS – AM
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586e

Silva, Janaína Léia Passos da
Entre “banzeiros”: Sofrimentos e resistências de mulheres amazônidas migrantes durante a trajetória de escolarização do Ensino Superior. / Janaína Léia Passos da Silva . 2024
87 f.: 31 cm.

Orientador: Breno de Oliveira Ferreira
Coorientador: Ádria de Lima Sousa
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. mulheres amazônidas. 2. ecofeminismo. 3. interseccionalidade. 4. corpo-território. I. Ferreira, Breno de Oliveira. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

PASSOS DA SILVA, JANAINA LÉIA. **Entre banzeiros: sofrimentos e resistências de mulheres amazônidas durante a trajetória de escolarização no ensino superior.** 87f. Dissertação Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Dr. Breno de Oliveira Ferreira. Manaus – Amazonas.

Aprovado em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Breno de Oliveira Ferreira
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dra. Ádria de Lima Sousa
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dra. Gisele Cristina Resende
Universidade Federal do Amazonas

DEDICATÓRIA

Dedico à minha família, especialmente, às minhas mãe e avó, Maria Irléia e Nelza Soares, e ao meu pai, Jonas Nascimento. Obrigada por me trazerem à luz da vida e da educação! Com as suas vidas me ensinaram com maestria caros valores que transcenderam todas as adversidades para atravessar o Mestrado. Obrigada pelo colo e amor tão pulsante, vivo e perto, embora distante geograficamente.

Aos meus irmãos, pelo apoio que abraça: Jaina, Jonas, Keite, Ysteffanne e Keffily; e aos meus amados sobrinhos: Maria Alice, Eduarda, Guilherme, Ysthevan, Théo e Junior. Os amo além da eternidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora das Graças pelas graças abundantes, que me possibilitaram realizar o Mestrado. “Foi ela quem tudo fez”, disse Dom Bosco. Sou grata a formação salesiana que teceu a minha escolarização da educação infantil ao ensino médio.

Agradeço infinitamente aos meus pais, Maria Irléia e Jonas, e aos avós maternos e paternos, que me deram base firme, não mediram esforços para apoiar os meus sonhos e me possibilitaram trilhar novos caminhos.

Agradeço aos meus professores, especialmente, às da Psicologia Social Crítica: Cláudia Sampaio, Adriana Rosmaninho e Camila Bravo. Me marcaram de forma inspiradora como professoras e cientistas mulheres. Agradeço também aos demais professores, amigos e colegas da formação de Psicologia e companheiras do Mestrado.

Agradeço aos meus amigos e amigas, que foram os meus incentivadores e pessoas com quem compartilhei as lutas e vitórias, especialmente Loris, Kássia, Vitor, Kelly, Thainá, May, David, Jane, João e Jlo. Eles têm a minha gratidão e torcida.

Agradeço a amada Moniky Manuela, por todo o apoio durante esse tempo eternizado.

Agradeço aos meus orientadores, Breno e Ádria, por toda a paciência, colaboração e afeto durante esse árduo percurso. Sem vocês, eu não teria conseguido. São inspiração de maestria, empenho e excelência. O meu carinho, admiração e gratidão.

Agradeço, especialmente, as mulheres amazônidas que participaram desse estudo e narraram suas histórias de vida atreladas à escolarização. Me fortaleceram para seguir nessa diáspora da vida.

Agradeço as parcerias de escrita científica, especialmente a Jhanine e Rafaelle, amigas queridas; e a Iolete Ribeiro, estimada referência como pessoa, professora e pesquisadora.

Agradeço a minha terapeuta Camila Borba, por cuidar e me fortalecer em momentos desesperadores. Obrigada a Janaína Léia, eu mesma, por, mesmo diante do sofrimento psíquico e ético-político, não ter desistido. Que os sonhos de todas as mulheres floresçam e re(existam)!

Por fim, **à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)** pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM).

“Meu caminho é novo, mas meu povo não
Meu coração de fogo vem do coração do meu país
Meu caminho é novo, mas meu povo não
O norte é a minha seta, o meu eixo, a minha raiz
E quando eu canto cor
E quando eu grito cor
Quando eu espalho cor
Eu conto a minha história”

(Trecho da Canção de Anavitória e Rita Lee)

PASSOS DA SILVA, JANAINA LÉIA. **Entre banzeiros: sofrimentos e resistências de mulheres amazônidas durante a trajetória de escolarização no ensino superior.** 87f. Dissertação Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Dr. Breno de Oliveira Ferreira. Manaus – Amazonas.

RESUMO

As mulheres na Amazônia, historicamente, enfrentam processos de exclusão e silenciamento, os quais são agravados pelo isolamento geográfico. Além disso, a sobrecarga de trabalho e a falta de remuneração dificultam o acesso à educação, a conclusão dos estudos e a empregabilidade, somados às violências de gênero e subordinações que afetam as realidades das mulheres amazônidas. A ótica interseccional, assim, é fundamental para considerar o contexto territorial, abarcando, também, questões relacionadas com marcadores sociais outros, tais como gênero, raça e classe, o que possibilita, consequentemente, amplificar as vozes de populações que no decorrer da História foram silenciadas e oprimidas. Esta pesquisa, portanto, analisa os impactos do sofrimento psíquico e ético-político em mulheres amazônidas reterritorializadas e racializadas, que migraram de comunidades rurais, quilombolas e indígenas para cursar o Ensino Superior no Amazonas. Aqui, entende-se como reterritorializadas pela necessidade que essas mulheres tiveram de se deslocar dos seus territórios de origem para um território outro, urbano; e como racializadas por não serem brancas, tendo, portanto, a questão da cor como marcador social importantes em suas vivências, especialmente quando se considera a entrada no mundo acadêmico, predominantemente branco. Partindo de uma perspectiva interseccional, vale-se do conceito de corpo-território, para o qual há uma relação indissolúvel entre corpos, histórias e terra, e enfatiza a criação de espaços de resistência e valorização de saberes ancestrais. Para tanto, este trabalho se pauta em uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando as narrativas das mulheres amazônidas racializadas e reterritorializadas para compreender de qual forma os impactos do sofrimento psíquico e ético-político foram experienciados nas suas trajetórias de escolarização no ensino superior. As narrativas se referem, sobretudo, aos ciclos de violência geracionais, abuso sexual, dificuldades econômicas, enfraquecimento de laços familiares, insegurança alimentar e habitacional. Tais obstáculos, somados à transição para o ensino superior em tempos de pandemia, configuram um panorama complexo e desafiador. Diante desse cenário que é delineado, emerge a necessidade de políticas públicas que transcendam o acesso a educação, e que promovam a permanência,

o cuidado com a saúde mental e o enfrentamento às desigualdades estruturais, como as violências de gênero às quais as mulheres estão sujeitas e o racismo epistêmico. Por isso, as políticas socioassistenciais, os projetos de extensão, intercâmbio, além dos vínculos entre as professoras, colegas, coletivos feministas, e a conexão com a florestalidade amazônica mostram-se peças fundamentais para a permanência e a promoção da saúde integral. Defende-se, enfim, uma abordagem ecofeminista e decolonial para transformar as realidades amazônidas, unindo justiça social e ambiental, além do reconhecimento das vozes dessas mulheres como agentes de transformação e resistência.

Palavras-chave: mulheres amazônidas; ecofeminismo; interseccionalidade; corpo-território

PASSOS DA SILVA, JANAINA LÉIA. **Among the banzeiros: suffering and resistance of Amazonian women during their higher education education.** 87f. Dissertation/Theses Federal University of Amazonas. Supervisor: Dr. Breno de Oliveira Ferreira. Manaus – Amazonas.

ABSTRACT

Women in the Amazon have historically faced processes of exclusion and silencing, which are aggravated by geographic isolation. In addition, work overload and lack of pay make it difficult to access education, complete studies, and find employment, in addition to gender-based violence and subordination that affect the realities of Amazonian women. An intersectional perspective is therefore essential to consider the territorial context, also encompassing issues related to other social markers, such as gender, race, and class, which consequently makes it possible to amplify the voices of populations that have been silenced and oppressed throughout history. This research, therefore, analyzes the impacts of psychological and ethical-political suffering on reterritorialized and racialized Amazonian women who migrated from rural, quilombola, and indigenous communities to attend higher education in Amazonas. Here, reterritorialization is understood as the need for these women to move from their territories of origin to another, urban territory; and as racialized for not being white, therefore having the issue of color as an important social marker in their experiences, especially when considering their entry into the academic world, which is predominantly white. Starting from an intersectional perspective, it uses the concept of body-territory, for which there is an indissoluble relationship between bodies, stories, and land, and emphasizes the creation of spaces of resistance and valorization of ancestral knowledge. To this end, this work is based on qualitative, exploratory, and descriptive research, using the narratives of racialized and reterritorialized Amazonian women to understand how the impacts of psychological and ethical-political suffering were experienced in their higher education trajectories. The narratives refer, above all, to cycles of generational violence, sexual abuse, economic hardship, weakening of family ties, and food and housing insecurity. Such obstacles, added to the transition to higher education in times of pandemic, configure a complex and challenging panorama. Given this scenario, there is a need for public policies that go beyond access to education and promote permanence, mental health care, and the confrontation of structural inequalities, such as gender-based violence to which women are subjected and epistemic racism. Therefore, social assistance policies, extension projects, exchange programs, as well as links between teachers, colleagues, feminist collectives, and the connection with the Amazon forests are fundamental to permanence and the promotion of comprehensive health. Finally, an ecofeminist and decolonial approach is advocated to transform the realities of the Amazon, uniting social and environmental justice, in addition to recognizing the voices of these women as agents of transformation and resistance.

Keywords: Amazonian women; ecofeminism; intersectionality; body-territory

PASSOS DA SILVA, JANAINA LÉIA. **Entre banzeiros: sufrimientos y resistencias de las mujeres amazónicas durante la trayectoria de la escolarización en la educación superior.** 85f. Disertación/Tesis. Universidad Federal de Amazonas. Tutor: Dr. Breno de Oliveira Ferreira. Manaus – Amazonas.

RESUMEN

Las mujeres en la Amazonía, históricamente, enfrentan procesos de exclusión y silenciamiento, que se ven agravados por el aislamiento geográfico. Además, la sobrecarga laboral y la falta de remuneración dificultan el acceso a la educación, la finalización de estudios y la empleabilidad, además de la violencia de género y la subordinación que afectan las realidades de las mujeres amazónicas. La perspectiva interseccional, por lo tanto, es fundamental para considerar el contexto territorial, abarcando también cuestiones relacionadas con otros marcadores sociales, como el género, la raza y la clase, lo que en consecuencia permite amplificar las voces de poblaciones que a lo largo de la historia han sido silenciadas y oprimidas. Esta investigación, por lo tanto, analiza los impactos del sufrimiento psíquico y ético-político en las mujeres amazónicas reterritorializadas y racializadas, que migraron de comunidades rurales, quilombolas e indígenas para cursar la Educación Superior en Amazonas. Aquí, se entiende como reterritorializado por la necesidad de que estas mujeres han tenido que desplazarse de sus territorios de origen a otro territorio urbano; y como racializados por no ser blancos, teniendo, por tanto, la cuestión del color como un marcador social importante en sus experiencias, sobre todo al considerar el ingreso al mundo académico, que es predominantemente blanco. Desde una perspectiva interseccional, hace uso del concepto de cuerpo-territorio, para el cual existe una relación indisoluble entre cuerpos, historias y tierra, y enfatiza la creación de espacios de resistencia y valoración de los saberes ancestrales. Para ello, este trabajo se basa en una investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva, utilizando las narrativas de mujeres amazónicas racializadas y reterritorializadas para comprender cómo se vivieron los impactos del sufrimiento psíquico y ético-político en sus trayectorias de escolarización en la educación superior. Las narrativas se refieren, sobre todo, a los ciclos de violencia generacional, abuso sexual, dificultades económicas, debilitamiento de los lazos familiares, inseguridad alimentaria y de vivienda. Dichos obstáculos, sumados a la transición a la educación superior en tiempos de pandemia, configuran un panorama complejo y desafiante. Ante este escenario que se esboza, surge la necesidad de políticas públicas que trasciendan el acceso a la educación, y que promuevan la permanencia, la atención a la salud mental y el enfrentamiento de las desigualdades estructurales, como la violencia de género a la que son sometidas las mujeres y el racismo epistémico. Por ello, las políticas de asistencia social, los proyectos de extensión, el intercambio, además de los vínculos entre docentes, colegas, colectivos feministas, y la conexión con la forestalidad amazónica son piezas fundamentales para la permanencia y promoción de la salud integral. Finalmente, se defiende un enfoque ecofeminista y decolonial para transformar las realidades amazónicas, uniendo la justicia social y ambiental, además del reconocimiento de las voces de estas mujeres.

Palabras clave: Mujeres amazónicas; ecofeminismo; interseccionalidad; cuerpo-territorio.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO *15*

2. OBJETIVOS *17*

2.1. Objetivo geral 17

2.2. Objetivos específicos 17

3. Artigo 1 – O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO E AS RESISTÊNCIAS DE SER MULHER AMAZÔNIDA: UMA NARRATIVA DE VIDA DURANTE A TRAJETÓRIA NO ENSINO SUPERIOR 18

4. Artigo 2 – IMPACTOS DO SOFRIMENTO PSÍQUICO E ÉTICO-POLÍTICO EM MULHERES RACIALIZADAS E RETERRITORIALIZADAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL 43

5. REFERÊNCIAS 77

1. INTRODUÇÃO

As mulheres na Amazônia, historicamente, enfrentam processos de exclusão e silenciamento, agravados pelo isolamento geográfico. Além disso, a sobrecarga de trabalho e falta de remunerações dificultam o acesso a direitos básicos como a educação, a conclusão dos estudos e empregabilidade (Alves, Albuquerque e Resente, 2023). Tendo em vista as violências e subordinações que afetam as realidades das mulheres amazônidas, a ótica interseccional é fundamental para considerar o contexto territorial visando amplificar as vozes de populações silenciadas e oprimidas no decurso histórico.

A interseccionalidade, abordagem aqui preconizada, remonta às origens dos feminismos negros, e revela como os marcadores sociais – gênero, raça, etnia e outros, se entrelaçam em tramas de opressão. Kimberlé Crenshaw e Patrícia Hill Collins nos mostram como essas categorias sociais e culturais se inscrevem nos corpos-territórios das mulheres amazônidas, nos quais resistência e ancestralidade florescem como sementes na terra viva (Kudnusen, 2006). Considerar o corpo inseparável da terra é uma das contribuições do ecofeminismo, saberes de mulheres indígenas latino-americanas, que consiste na inseparável defesa do território-terra e território-corpo, unindo as forças contra todas as formas de opressão que pairam sobre esses territórios. Ao relacionar a noção de corpo-território, ferramenta ecofeminista, Lorena Cabnal, com outras mulheres indígenas, reafirma-se a centralidade das mulheres negras e das comunidades tradicionais (Haesbaert, 2018).

Este trabalho aborda os impactos do sofrimento psíquico e ético-político de mulheres amazônidas reterritorializadas e racializadas que se deslocaram de suas comunidades rurais, quilombolas e indígenas para cursar o ensino superior no Amazonas. A busca, aqui, é de uma resposta para a questão: quais as dimensões que impactam no sofrimento psíquico e ético-político das mulheres amazônidas durante o ensino superior? As narrativas das histórias de vida aqui apresentadas, portanto, nas quais são relatadas os impactos das relações sócio-históricas, culturais e territoriais que permeiam as existências das interlocutoras, com os desafios e dificuldades, fortalecimentos e resistências, permitem lançar luz sobre desdobramentos da questão norteadora.

O sofrimento ético-político, definido por Bader Sawaia (1999), relaciona-se com os padecimentos que marcam o corpo, diminuindo a potência de ação e perpetuando a servidão e injustiças impostas pela exclusão social. Tanto o sofrimento ético-político

quanto o psíquico são compreendidos a partir da perspectiva ampla, que considera a subjetividade e a afetividade das mulheres, abrangendo as intersecções de gênero, origens regionais, étnico-raciais, aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Tomar esses pontos em consideração é imprescindível, uma vez que para a saúde integral, há uma forte ligação entre habitar o próprio corpo e a terra (Tuxá, 2022).

São diversos os desafios e as dificuldades que as interlocutoras enfrentaram para cursar o ensino superior, especialmente relacionados ao acesso e permanência: insegurança habitacional e alimentar, violências de gênero e racismo epistêmico, entre outros. Assim, conforme se delineia as dificuldades que essas mulheres precisaram suportar, contornar e superar, torna-se pertinente a defesa de uma abordagem ecofeminista e decolonial para transformar as realidades amazônicas, unindo justiça social e ambiental, além do reconhecimento das mulheres amazônidas como agentes de transformação social, fortalecimento e resistência.

Faz-se jus destacar que esta pesquisa integra o macroprojeto "Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do ensino superior: desafios para a permanência", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEAM), o qual tem como um dos objetivos compreender as narrativas de estudantes da graduação sobre as trajetórias percorridas no processo formativo. Como pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI/UFAM), na linha de processos psicológicos e saúde, e membro do Laboratório de Desenvolvimento Humano e Educação (LAHDU), meu envolvimento com este estudo vem de minhas raízes amazônidas, por isso enfatizo a importância de aprofundar os estudos voltados para a realidade das mulheres do Amazonas.

No que concerne à organização desta dissertação, estrutura-se da seguinte forma: após esta introdução, há uma seção com os objetivos aqui almejados. Em seguida, uma seção aborda o artigo 01: "O sofrimento ético-político e as resistências de ser mulher amazônida: Uma narrativa de vida durante a trajetória no Ensino Superior", publicado na revista *Diversidade e Educação*, em agosto de 2024; e o artigo 02: "Impactos do sofrimento psíquico e ético-político em mulheres racializadas e reterritorializadas no Ensino Superior: Uma análise interseccional". Por fim, as referências utilizadas para fundamentar a pesquisa.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Compreender as narrativas de mulheres amazônidas racializadas e reterritorializadas durante a trajetória de escolarização no ensino superior.

2.2. Objetivos Específicos

Identificar os desafios e as dificuldades durante a escolarização no ensino superior.
Reconhecer o fortalecimento e resistências durante a trajetória de escolarização no ensino superior.

3. Artigo 1 – O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO E AS RESISTÊNCIAS DE SER MULHER AMAZÔNIDA: UMA NARRATIVA DE VIDA DURANTE A TRAJETÓRIA NO ENSINO SUPERIOR

Resumo: O estudo apresentou as dimensões que influenciam o sofrimento ético-político das mulheres amazônidas durante a trajetória de escolarização no Ensino Superior e as que contribuem para a permanência sob o prisma interseccional. O sofrimento ético-político sentido nos corpos das mulheres amazônidas considera o contexto ético-político que abrange as intersecções regionais, étnico-raciais, de gênero, socioeconômicas, culturais e ambientais. A pesquisa exploratória e descritiva, utilizou a narrativa de história de vida de Tupi, para expressar como as trajetórias de escolarização das mulheres amazônidas possuem ciclos de violência geracionais, abuso sexual, dificuldades econômicas, enfraquecimento de laços familiares, insegurança alimentar e habitacional. Tais obstáculos, somados à transição para o ensino superior em tempos de pandemia, configuram um panorama complexo e desafiador. Por isso, as políticas socioassistenciais, projetos de extensão, intercâmbio, os vínculos entre as professoras, colegas, coletivos feministas, e a conexão com a florestalidade amazônica foram fundamentais para a permanência e a promoção da saúde integral.

Palavras-chave: Sofrimento ético-político; Mulher amazônida; Interseccionalidades; Ensino Superior.

The study presented the dimensions that influence the ethical-political suffering of Amazonian women during their schooling in Higher Education and those that contribute to their permanence from an intersectional perspective. The ethical-political suffering felt in the bodies of Amazonian women considers the ethical-political context that encompasses regional, ethnic-racial, gender, socioeconomic, cultural and environmental intersections. The exploratory and descriptive research used Tupi's life story narrative to express how the schooling trajectories of Amazonian women have generational cycles of violence, sexual abuse, economic difficulties, weakening of family ties, food and housing insecurity. Such obstacles, added to the transition to higher education in times of pandemic, create a complex and challenging panorama. Therefore, social assistance policies, extension projects, exchanges, links between teachers, colleagues, feminist collectives, and the connection with Amazonian forestry were fundamental to the permanence and promotion of comprehensive health.

KEYWORDS: Ethical-political suffering; Amazonian woman; Intersectionalities; University Education.

Introdução de um passado coletivo tão presente para a mulher amazônida

As mulheres amazônicas têm historicamente enfrentado processos de exclusão e silenciamento, agravados pelo isolamento geográfico da região. A distância dos territórios às margens dos rios, campos e florestas em relação às demais regiões do país impossibilitou o acesso a direitos básicos, como educação e saúde. Isso interferiu no fluxo de migração da zona rural para a área urbana e intensificou várias outras problemáticas sociais.

Nesse contexto, diferentes marcadores continuam influenciando tanto os arranjos das histórias de vida quanto os espaços ocupados, os papéis desempenhados e as estratégias de sobrevivência das mulheres em contextos amazônicos (Alessandra Pereira, Iolete Silva, 2023). Embora a igualdade de gênero seja um dos objetivos da Agenda 2030, no Brasil ainda precisamos romper com diversos paradigmas que afetam nossas realidades, baseados no patriarcado, sexismo, racismo e na exploração de corpos negros e indígenas, especialmente de mulheres e crianças. Resgatar as narrativas das mulheres amazônicas sob a perspectiva da interseccionalidade reforça nosso compromisso ético-político com essas populações.

O Norte do país é marcado pela presença de migrantes e imigrantes, devido à colonização e escravização de corpos subalternizados, bem como pela busca de oportunidade de trabalho, entre outros fatores. Tais condições femininas, presentes na Amazônia, carregam fragmentos do colonialismo e imperialismo (Vivian Marangoni, Glaucia Diniz, André Neves, Munique Pontes, Gizelly Martins, 2017). Desse modo, as mulheres e as crianças foram as que mais sofreram alguma forma de violência, assédio, abuso ou exploração de trabalho doméstico compulsório e naturalizado.

Ainda hoje, enfrentamos, além dessas problemáticas, a sobrecarga de trabalho não reconhecida e não remunerada, resultante de opressões e subordinações nos contextos socio-histórico-culturais e territoriais. Esse quadro dificulta a permanência na universidade, a conclusão do ensino superior e a entrada digna no mercado de trabalho (Kristine Alves, Dayse Albuquerque, Gisele Resende, 2023). Assim, o acesso a carreiras profissionais, qualificações, empregos formais e remunerações justas é limitado, expondo as desigualdades de gênero e comprometendo a saúde integral das mulheres amazônicas.

Considerando que os eixos de subordinação estrutural presentes na sociedade brasileira não têm protegido as mulheres amazônidas – que são atravessadas pelas opressões de raça, etnia, classe social, orientação sexual, entre outras – partimos das críticas do feminismo negro. Este feminismo denunciou a presença do universalismo hegemônico, da meritocracia e do pacto da branquitude nas lutas generalistas dos feminismos (Patricia Collins, Sirma Bilge, 2021; Lélia Gonzalez, 2020). Somando-se ao "enegrecimento do feminismo" (Sueli Carneiro, 2019), consideramos a legitimidade da interseccionalidade como uma investigação científica e descolonizadora, um caminho para a "libertação da mulher", conforme enfatizado por bell hooks (2019).

Assim, ao investigar as condições das mulheres negras, indígenas, migrantes e camponesas, atravessadas pelas heranças da escravidão, segregação racial, hegemonia global

e exploração capitalista, destacamos a luta contra as opressões de gênero, incorporando pautas antirracistas e anticapitalistas (Angela Davis, 2017). Essas pautas se opõem às imposições das normas de heterossexualidade e cisgeneridade, que excluem outras identidades (Judith Butler, 2019). Portanto, a interseccionalidade constitui-se como uma ferramenta crucial para proteger os direitos de todas as mulheres (Kimberlé Crenshaw, 2002), sendo essencial para compreendermos as complexidades que impactam o sofrimento ético-político das mulheres amazônidas.

Considerar o contexto territorial é fundamental para amplificar as vozes de grupos historicamente silenciados e marginalizados. A relação indissociável entre terra e floresta, que molda nossa vivência no mundo, torna essa escuta possível. Um exemplo é a história de vida de Tupi, a principal interlocutora deste estudo: uma mulher cisgênera de 21 anos, que se autodeclara parda e nasceu em uma região interiorana do Amazonas. Procuramos responder às seguintes questões: quais dimensões influenciam o sofrimento ético-político das mulheres amazônidas durante a trajetória de escolarização no Ensino Superior? E quais contribuem para o enfrentamento, resistência e/ou fortalecimento necessário para a permanência? A narrativa da vida de Tupi reflete a experiência compartilhada por muitas outras mulheres, tecida em relações sócio-históricas, culturais e territoriais. Sua história apresenta perspectivas e nuances de gênero, etnia, raça, classe, entre outras, revelando o sofrimento ético-político que permeia toda a sua existência, especialmente os desafios diversos para continuar sua escolarização no Ensino Superior.

A voz de Tupi ecoa as experiências das mulheres amazônidas, escancarando os fatores de subordinação e opressão que afetam suas vidas. O engajamento na luta das mulheres negras e indígenas tem sido essencial para dar visibilidade às diferentes formas de vulnerabilidade e discriminação historicamente silenciadas. Esse movimento valoriza suas próprias perspectivas e destaca as violências, antigas e ainda presentes, provocadas pelo sexismo e racismo, heranças do imperialismo e capitalismo (Marangoni, Diniz, Neves, Pontes, 2017). Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2020) aponta a imprescindibilidade de olharmos para as amefricanidades de forma muito peculiar, a fim de reconhecer as implicações vividas por etnias africanas e indígenas em contexto específico das identidades de mulheres latino-americanas (Gonzalez, 2020).

Diante disso, é urgente considerar as interseccionalidades na elaboração e implementação de políticas públicas (educação, saúde, segurança etc.). Os dados estatísticos destacam a quantidade desproporcional de mulheres negras vítimas de feminicídio,

revelando a relação entre raça e gênero como determinante para a análise da desigualdade da violência no Brasil (CNJ, 2021). Além disso, observa-se uma maior prevalência de óbitos maternos entre mulheres negras e pardas no Amazonas, especialmente aquelas com baixa escolaridade, óbitos que poderiam ser evitados com acesso e garantia de serviços de saúde e educação, atendimento por profissionais qualificados, infraestrutura adequada e fortalecimento das políticas públicas (Lidiane Medeiros, Antônio Sousa, Leudson Ariana, Antônio Inácio, Maria Prata, Milaine Vasconcelos, 2018).

É fundamental tornar visíveis as problemáticas que atravessam nosso estado, já que a mortalidade materna é uma das mais graves violações dos direitos das mulheres. Além disso, os estudos sobre essa temática são escassos, apesar da relevância desse desafio para o mundo (Camila Ribeiro, Carlos Freire, 2020). Por isso, a importância da perspectiva interseccional para compreender o sofrimento ético-político que perpassa as existências das mulheres amazônidas.

O sofrimento ético-político, definido por Bader Sawaia (1999), refere-se aos padecimentos que marcam o corpo, diminuindo a potência de ação e perpetuando a servidão, heteronomia e injustiça impostas pelas condições sociais resultantes da exclusão social (Bader Sawaia, 1999). Ao considerar o sofrimento ético-político, levamos em conta a dimensão da subjetividade e da afetividade como partes constitutivas das mulheres em seus contextos. Assim, o sofrimento psíquico é compreendido de uma perspectiva ampla, não individualizada, mas como parte de um contexto ético-político que abrange intersecções regionais, étnico-raciais, de gênero, socioeconômicas, culturais e ambientais.

Para compreender a história de vida de uma pessoa é fundamental adentrar em diferentes territórios existenciais vivenciados por elas, sejam eles domésticos ou institucionais, perpassando pelo ambiente escolar e pelas relações constituídas nesses como espaço de vida (Adria Sousa, Luiz Zeni, Daniela Schneider, 2021). À vista disso, Tupi narra memórias de lugares corporificados em si e das relações compartilhadas, trajetos percorridos, vivências e afetos, dores e todas as experiências que a constituem.

A trajetória de escolarização no ensino superior de Tupi é inseparável de sua história de vida, marcada por sofrimentos e enfrentamentos, desafios e possibilidades, dores e alegrias, sentidos e significados. Reconhecemos que os processos de sofrimento ético-político vivenciados por ela são atravessados por diversos aspectos que interagem com as relações de poder. Esses aspectos, enraizados no racismo e sexismo, são expressos por meio da violência para manter a dominação, exploração e opressão, especialmente das mulheres

amazônidas. Isso impacta diretamente suas vidas no âmbito do trabalho, da saúde e da educação (Liliane Macedo, 2023).

A interseção entre saúde mental e interseccionalidade, especialmente aplicada à realidade de estudantes de graduação, ainda é pouco explorada, apesar de seu impacto crucial na educação (Vera Vieira, Mônica Torrenté, 2022). É urgente que as universidades ampliem as discussões sobre sua responsabilidade na promoção da saúde integral. Como proposto por hooks (2006), saúde mental e física são inseparáveis. É fundamental adotar uma perspectiva abrangente que reconheça a saúde como um processo influenciado por diversos fatores, incluindo os biológicos, sociais, econômicos, culturais e históricos (Brasil, 2004). Essa abordagem também reconhece o papel do desenvolvimento econômico, social e humano, e destaca o gênero como um importante determinante social que molda o perfil de saúde e doença ao longo do tempo e em diferentes contextos.

A própria noção de saúde é um processo em constante transformação, que surge nos encontros com os outros e com o mundo ao nosso redor, incluindo a natureza e os eventos que ocorrem. Tudo o que acontece produz efeitos nos corpos (Flaviana Sousa, 2018). Para nós, amazônidas, existe uma ligação profunda entre habitar o próprio corpo e a saúde. Nossa vivência é coletiva e pressupõe a valorização das concepções e saberes das experiências de vidas indígenas e amazônidas, que reivindicam o reconhecimento de novas epistemologias para a compreensão da saúde integral (Tuxá, 2022). Portanto, enfatizamos a importância de avançar nos estudos que considerem as políticas de saúde e educação de forma interseccional.

Uma pesquisa recente investigou os desafios que os universitários enfrentam em suas vidas, ressaltando a importância de estudos adicionais que considerem os contextos socioculturais específicos da Amazônia. Esses estudos seriam fundamentais para informar a criação de políticas e programas educacionais mais eficazes, concentrando-se no apoio, acompanhamento e superação dos obstáculos que os estudantes enfrentam para completar seus estudos de forma contextualizada (Gisele Resende, Isabel Ferreira, Iolete Silva, Silviane Barbato, 2022).

Ao contar a história de Tupi e explorar as diversas facetas de sua identidade, podemos entender melhor os desafios ético-políticos que ela enfrentou, além de identificar as estratégias que utilizou para resistir, se fortalecer e superar essas dificuldades. Tupi se torna um símbolo da resiliência e da determinação das mulheres ao longo de sua jornada

educacional, representando as experiências compartilhadas por outras mulheres na Amazônia.

Percursos de rios, campos e florestas: método interseccional

Este artigo integra uma produção do macroprojeto de pesquisa intitulado *"Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do ensino superior: desafios para a permanência",* financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Um dos objetivos desta pesquisa consiste em compreender as narrativas dos estudantes de graduação sobre as trajetórias percorridas no processo formativo.
Enquanto estudo exploratório e qualitativo, a entrevista de história de vida, técnica escolhida, baseia-se na narrativa do cenário experiencial das diversas violências contra as mulheres, como expressadas nas narrativas de Tupi, sendo um dos critérios principais pela escolha da sua história de vida, ela apresentou o sofrimento ético-político que atravessam as trajetórias de escolarização superior das mulheres amazônidas, imbricadas no comprometimento da saúde integral (incluída a mental) sob o prisma interseccional.

Na área da psicologia, a pesquisa tem adotado cada vez mais metodologias qualitativas para realizar análises detalhadas dos processos de interpretação de si, do outro e do mundo, muitas vezes por meio de narrativas em estudos de caso. Essa abordagem permite uma exploração mais profunda da complexidade dos significados que envolvem a experiência humana, revelando detalhes e peculiaridades que podem passar despercebidos em métodos quantitativos (Silviane Barbato, Priscila Alves, Valéria Marques, 2020).

Além disso, possibilita uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado, das experiências sociais, das interações e dos contextos culturais (Maria Minayo, 2014). Os estudos sobre narrativas de vida possibilitam acessar, mediante as interseccionalidades presentes na história de uma estudante amazônida, as problemáticas e desafios, estratégias de superação e resistências, redes de apoio, vínculos e espaços de fortalecimento coletivo.

Enquanto a trajetória narrada por Tupi é singular, deve-se também entender que suas experiências integram diversas tendências sociais, não sendo apenas um fenômeno isolado, mas também a representação da confluência de diversos marcadores sociais. Os pesquisadores também atuam como testemunhas e responsáveis pela organização das informações fornecidas. É importante destacar que o método foi adequado aos objetivos do

estudo, considerando que a entrevistada desempenha o papel de narradora, refletindo concepções coletivas fundamentadas em sua dimensão individual.

Conforme apresentado anteriormente, a interlocutora do estudo de caso foi uma mulher que se autodefine como parda, nascida em um interior do Amazonas. Para garantir o sigilo e segurança, utilizamos o nome fictício Tupi, uma jovem universitária, com 21 anos de idade, estudante de uma Instituição de Ensino Superior (IES) da rede federal localizada em um *campus* município do interior do Amazonas. Para o levantamento de dados, usamos a entrevista narrativa, semiestruturada e móvel. A entrevista narrativa considerou a seguinte questão norteadora: "conte-me sobre a sua história de vida". A partir de então é possível conduzir uma entrevista semiestruturada e móvel para aprofundar questões conforme o objetivo do estudo.

As entrevistas móveis permitem deslocamento pelos lugares apontados pela entrevista, para percorrer espaços que se destacam na sua narrativa de história de vida, ocorreram nos lugares escolhidos pela interlocutora no *campus* universitário. Após as entrevistas, foram feitas as transcrições e análise de dados, partindo dos núcleos de significação (Wanda Aguiar, Elvira Aranha, Júlio Soares, 2021). Assim sendo, a categoria de sentido permite compreender a subjetividade como produção inseparável dos contextos sociopolíticos, econômicos, culturais e territoriais.

A análise e interpretação dos materiais produzidos foram conduzidas levando em consideração os princípios históricos, sociais e culturais que moldam o debate interseccional, assim como o arcabouço teórico relacionado à feminismos. Como se sabe, uma narrativa de história de vida não consiste em uma sequência uniforme de eventos, mas sim em uma constelação de acontecimentos que ganham destaque a partir de um conjunto de momentos recordados e que refletem as interseccionalidades em suas diversas facetas e manifestações do cotidiano.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas, sob o número do Parecer: 5.765.546, seguindo todas as exigências da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Ser mulher amazônida: sofrimento ético-político e resistências

Para compreendermos o sofrimento ético-político que Tupi vivenciou durante a trajetória no ensino superior, bem como as estratégias de enfrentamento de resistência e

re(existência) para permanecer na universidade, apresentamos alguns trechos das narrativas que contam a sua história de vida com inspiração no modelo analítico interseccional.

O conceito de interseccionalidade explica as diferenças de discriminação e busca capturar camadas complexas das relações sociais (Patrícia Collins, 2019). Ao apresentar a história de vida de Tupi e compreender as interseccionalidades presentes em suas experiências, podemos reconhecer como essas vivências são construídas, experimentadas e reproduzidas. Esse entendimento nos permite considerar outras formas de pensar e agir, que escapam às normatizações impostas pelas relações de poder, possibilitando-nos ser inventivos nas produções discursivas.

Longe de esgotar as nuances complexas entrelaçadas na vida da interlocutora, uma existência coletiva e marcada pelos sistemas de subordinação e de relações de poder, sua narrativa traz consigo a representatividade de traumas e enfrentamentos, desafios e possibilidades, dores e alegrias, sentidos e significados singulares e universais. A voz de Tupi ecoa e resgata a historicidade silenciada nos corpos de mulheres amazônidas, corpo-terra que possui raízes em aspectos sócio-histórico-culturais e geográficos que estão imbricados ao território onde vivem, neste caso, em um interior do Amazonas.

Tupi narra o significado do seu próprio nome, relacionando-o ao amor. "Eu sou Tupi, e o significado do meu nome diz muito pelo que sou e o que me fez falta. Significa digna de amor e ser amada, ela (sua mãe) escolheu por achar bonito". No movimento de espiral, começar pelo amor e continuar por ele faz sentido para resistir e re(existir) aos sofrimentos que a interlocutora atravessa na sua caminhada existencial, pois, assim como a mente não está separada do corpo, a educação é entrelaçada à vida. Nesse entrelaçamento, o processo de aprendizagem e a construção no desenvolvimento educacional acontece durante a vida toda.

Conforme nos ensina bell hooks (2017), em sua obra "*Ensinando a Transgredir",* é importante compreender as diferenças sociais e as formas de como viver no mundo. A autora postula uma educação que enxerga o gênero humano como integral, ensinando a amar a justiça e a liberdade, de maneira a nutrir e afirmar a própria vida (bell hooks, 2017).

Nesse sentido, ela enalteceu o amor como prática de liberdade, que precisa ocupar lugar nas lutas políticas e construir uma ética que contrarie os sistemas de dominação – imperialismo, sexismo, racismo, classicismo. Por isso, a importância de uma educação para a consciência crítica, para nos descolonizarmos, enfrentarmos a realidade criticamente e nos curarmos em comunidade/sociedade.

À vista disso, conforme hooks (2017), a relação do processo educacional poderia ser curadora e promotora de bem-estar. Será que os espaços educacionais estão considerando os corpos subalternizados (ou excluídos)? Ou os projetos políticos pedagógicos ainda estão reproduzindo o modelo de educação bancária? A *práxis* freireana propõe que é necessário desvelar a realidade vivida e experienciada, colaborando de forma participativa para a construção da consciência crítica e histórica, contrárias à hegemonia ainda presente na elaboração e efetivação das políticas públicas, como no contexto educacional (Paulo Freire, 2005).

Horizontalizar a esperança é nos comprometemos com uma educação libertadora e libertária, democrática, ética, de justiça e cidadania para todas as pessoas. Isso que inspira Tupi. "Fiz uma analogia com o Paulo Freire, imagina poder ter conhecimento e falar dessas pessoas, quero escrever sobre isso, aí tive meu primeiro artigo, fique assim entre a educação na Amazônia e Educação Especial". Ora, a história de vida de Tupi é entrelaçada às outras tantas da sua ancestralidade, história que se presentifica, rememora dores e amores, mas sobretudo, constituída de sonhos que vão sendo tecidos com sentidos.

Ao contar a sua história de vida, a voz suave que expressou "ser amada" veio carregada de emoção ao relatar a escolha da sua mãe para o seu nome. A história de sua vida é atravessada pela história da sua mãe, que engravidou durante a adolescência, aos 16 anos de idade, em tempos desafiadores de subsistência. A decisão da continuidade gestacional foi permeada de dificuldades econômicas para a família, e à época, não foi possível continuar estudando. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2021), as mães adolescentes são mais propícias a abandonar a escola para favorecer a criação dos filhos, ainda mais permeadas pelas desigualdades sociais e contando com pouco apoio social ou familiar. Tanto quanto as estatísticas oficiais, a história da mãe de Tupi repete um ciclo de tantas outras mães adolescentes.

A pessoa continua descrevendo as intricadas conexões de suas relações familiares, destacando que falar sobre si mesma também implica falar sobre sua mãe e avó, assim como sobre as relações significativas que foram estabelecidas ao longo das gerações. Ela compartilhou que sua mãe vem de uma origem no interior do Amazonas, onde cresceu em uma família com ambos os pais presentes, entre cinco irmãos. Além disso, sua mãe assumia responsabilidades no cuidado e sustento da casa, especialmente dedicando-se ao irmão mais novo, que tem deficiência auditiva. Para garantir o sustento da família, eles trabalharam na

agricultura por anos, em uma área rural, e depois se mudaram para uma área urbana de um município localizado no interior do Amazonas.

As migrações, muitas vezes forçadas, como no regime escravocrata, marcaram todas as fases da ocupação da história brasileira, incluindo a construção das cidades. Na região amazônica, essa dinâmica não foi diferente. No entanto, há um silenciamento em relação à presença negra e indígena, e de outros povos tradicionais, especialmente no que diz respeito às contradições no mundo do trabalho (Tenner Abreu, 2011). Longe de se reduzir a um fenômeno apenas demográfico e econômico, os processos migratórios afetam tanto os locais de origem quanto os destinos ocupados, permeando dimensões sócio-histórico-culturais e atravessando as relações de gênero e processos identitários (Kauai Barbosa, 2019).

Na família de Tupi, como em tantas outras em áreas rurais, as migrações ocorrem em busca de melhores condições de vida. Vale destacar que as populações que vivem ao longo dos rios, campos e florestas possuem um distanciamento geográfico significativo em relação aos grandes centros urbanos, o que limita o acesso a direitos básicos, como saúde e educação (Aldair Andrade, 2012). Assim, os enredos sociais de pessoas e coletividades marginalizadas, como os narrados por Tupi, são sempre multidimensionais, compreendem as relações de poder que permeiam a vida das mulheres amazônidas, englobando raça, classe, gênero, nacionalidade, etnia, faixa etária e outras múltiplas dimensões da experiência.
Nesse cenário, a falta de oportunidades educacionais e profissionais para as mulheres influencia diretamente a dinâmica de suas famílias, levando muitas delas a dependerem da pesca, agricultura e extrativismo para garantir o sustento familiar (Pereira; Silva, 2023). No entanto, como ilustrado pela história da família da interlocutora, a invisibilidade do trabalho feminino no meio rural não diminuiu sua determinação e coragem em buscar uma vida melhor, o que sugere a presença de estratégias de resistência. Tupi tenta quebrar esse ciclo e outros padrões ao se tornar a primeira da família a frequentar o ensino superior, afirmando que “a universidade me proporcionou escrever uma nova história”.

Apesar das expectativas de realização de trabalhos domésticos e de cuidado, tanto da mãe da interlocutora quanto dela mesma, fica claro como essas condições são impostas às mulheres da Amazônia devido a sistemas de opressão como o imperialismo, sexismo, racismo e classicismo. Enfrentando as tensões geracionais que estão na raiz de várias problemáticas, ela cria e busca realizar sonhos únicos e compartilhados, especialmente em relação ao trabalho, que é a base de sua existência material. Ao refletir sobre as desigualdades sociais enraizadas em sua história, ela descreve a situação de sua mãe, que aos doze anos foi

enviada para trabalhar como empregada doméstica na cidade: “Eles eram muito pobres, trabalhavam na roça. Viram como solução enviar minha mãe para trabalhar na casa de uma família para que meu tio pudesse estudar, deixando a responsabilidade sobre ela desde muito cedo.”

Lélia Gonzalez (2020), pioneira nos estudos feministas interseccionais no Brasil, observou a base material por trás das manifestações das desigualdades sociais, discutindo como o capitalismo no contexto brasileiro e latino-americano, mobiliza raça, sexo e classe e impõe às mulheres negras o nó das desigualdades que desestruturam suas sociedades, forçando-as ao trabalho doméstico (Gonzalez, 2020). O trabalho doméstico é uma problemática invisibilizada que atravessa as diferentes realidades na Amazônia. Os direitos roubados das crianças evidenciam um abismo entre o Estado e as entre as políticas de proteção e seguridade social (Joselia Santos, 2021), especialmente no contexto amazônico no que se refere a investigações sobre as infâncias e trabalho (Wagner Araújo, 2010; Alba Pessoa, 2010). As condições de trabalho submetidas as mulheres amazônidas vislumbradas nos discursos de meritocracia e de “guerreira” prefiguram precariedades de modos de ser e viver nos territórios ocupados.

A desigualdade educacional associada à socioeconômica expõe as mulheres às diferentes vulnerabilidades, com destaque para a realidade dos interiores do Amazonas. Os territórios são atravessados pela pobreza associada à exclusão – fenômeno multidimensional complexo -, e que produz desdobramentos que atingem a totalidade da vida social no território desde os tempos das colônias e do imperialismo (Virgínia Fontes, 2010; Sawaia, 1999). Dessa forma, fazendo referência às ações locais que visam um resultado global, a busca por escolarização e profissionalização das mulheres e ocupação digna no mercado de trabalho ainda é feita de movimentos de lutas e enfrentamentos, como na história de Tupi, que desde a sua família migrou da zona rural para o município (interior) em busca de melhores condições de vida.

Desde o século XX, com a promessa de qualidade de vida, a ciência e a tecnociência, à guisa da globalização, reproduziu a lógica perversa do capitalismo no contexto das cidades, legitimando a matriz patriarcal do sexismo e racismo, em cuja tessitura a exclusão está emaranhada nos processos de dominação e exploração (Sawaia, 1999). Isso evidencia o mito da democracia racial no Brasil, que de forma perversa, legitima a ideologia hegemônica da branquitude de subalternizar o grupo étnico-racial negro ao dominante.

Essa lógica colonial escravocrata com os corpos das mulheres negras e indígenas, amazônidas, é marcada fortemente pelo sexismo e racismo, causando impactos que perduram até os dias de hoje na sociedade. As violências em suas múltiplas formas desumanizam, tornando-as, produtos (bell hooks, 2020). As violências, heranças coloniais, presentificadas nas realidades amazônidas de forma multifacetada, na história de Tupi, podemos evidenciar de forma geracional. Ela resiste, soma-se aos movimentos de coletivos na luta contra toda forma de coisificação, hipersexualização, dominação e torturas dos nossos corpos.

A interlocutora se sente triplamente vitimada. Presentifica o passado de repetição de assédios, abuso sexual intrafamiliar e estupro entre gerações, narrando fatos em que a avó, a mãe e ela sofreram "a pior coisa era ela ver os filhos dela apanhando (avó), ela sofreu muito assédio, era uma negra muito linda"; "ela (mãe) foi abusada por um tio dela quando tinha oito anos"; "fui estuprada, eu fui vítima e me culpava".

Tupi, juntamente com outras mulheres, são sobreviventes de diversas violências. Narrou, de forma dolorosa, como suas vivências são atravessadas por violências diversas "minha trajetória sempre foi marcada por alguma violência de homens". A violência de gênero, estruturada no sexismo, machismo e racismo, contra as mulheres é abordada mundialmente, mas pouco analisada de forma interseccional. Há um silenciamento e negação quanto ao cruzamento de classe, raça e etnia, que intensificam as violações de direitos básicos, gerando um enfraquecimento e desarticulação das redes de proteção do Estado (Oliveira, Cavalcante e Souza, 2020).

Mesmo após romper com as perpetuações de silenciamento e segregação e ocupar espaços como interlocutora, ainda enfrentamos assédios. O ambiente universitário não tem sido seguro para nós, mulheres (Aldair Andrade, Ana Martins, Mônica Medeiros, 2021). Estudos anteriores já indicaram que 67% das estudantes das universidades pesquisadas já haviam sofrido alguma violência (sexual, moral, psicológica ou física) praticada por homens, sendo que as instituições não possuem políticas de prevenção (Data Popular/Instituto Avon, 2015). A interlocutora, desde o ensino médio, precisou lidar com perseguição de professores por ter sido testemunha de uma denúncia: "eu estava lá como testemunha no boletim de ocorrência e abertura de sindicância".

Embora as violências sejam um fenômeno complexo global, as dificuldades enfrentadas no interior do Amazonas também estão enraizadas na invisibilização, banalização e/ou naturalização, que culpabilizam e responsabilizam as vítimas. Lógicas

reproduzidas desde a criação/educação na família de Tupi: “meu avô veio de educação rígida, tradicional e violenta, e passou para os filhos dele. A minha mãe e tias eram espancadas por ele”.

No ambiente escolar, o *bullying*, foi um também foi uma violência que afetou a trajetória acadêmica de Tupi no ensino superior: “a minha vida é marcada pelo *bullying*, mesmo ouvindo coisas ruins, minha mãe me falava que eu era uma menina brilhante”. Sofrimentos relacionadas às condições socioeconômicas também se destacaram “como eu morava numa casinha de palha no chão batido, os colegas espalhavam na escola que tinha rato, eu era uma criança, me sentia muito mal, isso me retraía”. O tio, que também vivenciou cenas de violência, preconceito e discriminação atribuídas à condição de deficiência auditiva se tornou referência para a interlocutora na luta pela garantia da educação especial enquanto dispositivo de acesso justo à escolarização.

Retomando o início da narrativa de Tupi, como em um movimento de espiral, ela expressou a ausência sentida: “falta do pai”. Ela traz consigo as cenas do relacionamento difícil entre seu pai e sua mãe, expressado como abusivo. Tristemente, há a mágoa de não ter mantido o vínculo afetivo com ele após a separação conjugal, descoberto que não era o pai biológico, além da busca pela garantia de pensão. Relata que “ele era um homem mais velho (pai) e ela estava fragilizada (mãe). Ela (a mãe) passou por um abandono (do genitor), perdeu a mãe (avó de Tupi) e estava com uma criança de dois anos, não devia ter sido fácil. Ela queria me proporcionar uma vida melhor e ser amada também, né?”

Após a separação conjugal, a mãe de Tupi retomou os estudos e conseguiu ingressar em um curso técnico, o vínculo entre a mãe e a filha são fortalecidos, também lutam por pensão: “foi aí que senti a carência, ele (pai) não atendia as minhas ligações, sumiu”. Com essa proximidade, a mãe de Tupi confidencia tristemente o episódio de abuso sexual infantil praticado por um tio, bem como o medo de repetição com a filha. Essas cenas reforçam o lugar da violência na constituição de muitas famílias, especialmente na Amazônia, conforme discutido anteriormente. Destacamos a necessidade de aprofundar pesquisas sobre as consequências que essas violações provocam nos corpos das mulheres, como atravessam as subjetividades geracionais, e quais os impactos para a saúde integral.

Ainda durante a adolescência da Tupi, a sua mãe iniciou um novo relacionamento afetivo e saiu de casa. Com o avô sem renda, as dificuldades financeiras pesam mais. Responsabilizada pelo próprio sustento, não conta com o pai nem com a mãe, começa a vender doces para garantir a subsistência e relata: “sempre precisei vender doces e vendia

todo fim de semana pra ter coisas básicas, essa iniciativa de ter meu próprio dinheiro veio desde o ensino médio". Continuou narrando: "foi nesse período (trabalhando) que sofri um estupro – não conseguia perceber a dimensão do perigo. Me sentia culpada [...] e guardei tudo pra mim. Nisso tudo ela (mãe) engravida e forma uma nova família".

Mesmo com tantos medos vindos de diversos traumas, Tupi se permitiu a vivenciar um relacionamento afetivo que foi suporte durante a transição do ensino médio para o ensino superior. O namoro foi um vínculo importante, já que começou a cursar a graduação durante o início da pandemia de Covid-19. Esse foi um período de desafios em que não teve o suporte familiar, lidando com sofrimento pela instabilidade de segurança alimentar, de proteção e moradia. Com a aprovação em diferentes cursos, escolheu Pedagogia, também pela inspiração na luta do tio com deficiência auditiva, tanto que as temáticas de Educação Especial, mulheres e escolarização são frutos de pesquisa e engajamento de lutas coletivas para a interlocutora.

Expressa que "a pandemia foi uma coisa assim meu deus eu vou morrer, eu vou perder pessoas, ficou passando tudo isso na minha cabeça". Sentiu dificuldades de estudar de forma remota, sem acesso à internet, mas a família do namorado se tornou um lugar acolhedor para ela. Estudava com o namorado, compartilhavam materiais e conseguia acessar a internet na casa dele. De certa forma, o relacionamento foi visto como positivo, apesar dos medos, se permitiu amar: "eu tinha medo, mas foi leve, um amor que liberta". A interlocutora se permitiu ao amor. Hooks (2017) considerou que o desejo em si mesmo não é amar, mas sim o que o amor faz, como ato de vontade, intenção e ação, ou seja, implica em escolher amar. Assim, quando escolhemos amar, caminhamos rumo à liberdade.

Nesse caminhar de vida, ao terminarem o relacionamento afetivo, Tupi revive a sensação de abandono e desamparo interpretadas em relação aos pais. Toda a dor acumulada chegou ao ápice: "me vi no fundo do poço, a perda remeteu a todo abandono e abusos, me vi de frente com a minha dependência emocional". Durante esse período, as amizades que construiu foram fundamentais para a elaboração do luto e da continuidade do curso.

Ela destaca que o período de estudo remoto teve um impacto significativo no processo educativo tanto dos alunos quanto dos professores, afetando não apenas a jornada educacional no ensino médio, mas também no ensino superior de Tupi. No entanto, mesmo enfrentando desafios e dificuldades, ela conseguiu estabelecer amizades que a estão ajudando a superá-los.

Ela compartilha que se identifica com histórias de luta semelhantes à sua e expressa tristeza ao notar que o número de universitários diminuiu após a pandemia. “Meus amigos foram essenciais e, ao final, percebi a importância da amizade. Eles estavam lá para compartilhar as dores, chorar, rir, você sabe”, diz ela. Além disso, ela observa que os laços com os professores se fortaleceram na sala de aula, e uma nova versão de si mesma foi surgindo à medida que ela desconstruía muitos conceitos antigos. Durante esse período de adoecimento psíquico, ela enfatizou o vínculo com uma professora da sua universidade, importante representação no seu processo de fortalecimento de vida. Em seus encontros, simbolicamente, ela conta cenas que rememora a infância, perdoando o pai e a mãe, soltando ao vento as mágoas guardadas, e diz que: “eu me imaginei dentro de um balão, carregava muita mágoa, e precisava perdoar meus pais, sei que eu preciso perdoar tudo isso”. Os estudos sobre o perdão no Brasil são recentes, a partir dos anos 2000, embora tenha definições plurais, a importância se deu como maneiras alternativas de promover o bem-estar (Rodrigo Santana e Renata Lopes, 2012). De certa forma, foi uma possibilidade de a interlocutora integrar-se com a sua história “a gente não tem como sentir desvinculado a nossa história, né? Isso tudo faz a gente ser o que a gente é”.

Tupi ressaltou que a universidade exerce uma pressão opressiva sobre os estudantes que enfrentam dificuldades, aumentando ainda mais os problemas de saúde mental (Rafael Oliveira, 2022). Ela enfatizou que a carga horária excessiva da vida acadêmica leva à exaustão, resultando em esgotamento físico e psicológico dos universitários. Com tanto tempo dedicado aos estudos, resta pouco tempo para atender às necessidades básicas, como dormir e praticar exercícios físicos. Ela conciliava os estudos com o trabalho, vendendo doces para suprir suas necessidades básicas desde o ensino médio: “Eu vendia brigadeiros, salgados, mousses todos os sábados e, às vezes, até mesmo na sala de aula”.

Além disso, a transição do ensino médio para cursar a graduação, por si só, é desafiadora por ser uma etapa de transição da adolescência para a vida adulta. No caso de Tupi, ocorreu na época da pandemia. É necessário, portanto, considerar os fatores sociais, ambientais e individuais nesse processo – “eles vão querer te cobrar, a universidade é um pouco tóxica, a gente adoece, estou contando a minha história, mas tem outras dentro da universidade que são silenciadas e que não são vistas como deveriam”.

A vida não dá trégua, e é crucial que os espaços universitários ofereçam apoio para promover a saúde mental dos estudantes, levando em conta os fatores que podem prejudicar seu bem-estar psicológico. Estes incluem questões como baixa autoestima, resultante de

experiências de bullying; conflitos familiares; violência e abuso; ansiedade; desigualdades sociais e de gênero; luto devido a separações afetivas; negligência; exclusão social; solidão; insegurança alimentar e de moradia; além de incertezas sobre o futuro profissional e a entrada no mercado de trabalho, entre outros desafios.

É urgente que as universidades adotem uma abordagem interseccional ao compreender as histórias dos estudantes. "As instituições devem nos enxergar como pessoas que carregam lutas, traumas e experiências que afetam nossa vida acadêmica. De certa forma, a Universidade também contribui para nossas dificuldades", destacou ela.

Quantos silêncios guardam os rompimentos de corpos das mulheres. Por isso, para ela foi catártico expressar a sua narrativa de vida. Nisso, ela reivindica espaços de acolhimento e segurança. Felizmente, o apoio possibilitado pela mediação de professores possibilitou encontrar a ajuda psicossocial necessária na rede de atenção à saúde – "Eu tive uma crise de pânico, não conseguia manter uma linha cronológica dos fatos da minha vida".

O adoecimento psíquico da interlocutora reflete um apagamento de histórias amazônidas. A visão cartesiana ainda presente nos espaços universitários desconsidera que o sofrimento impacta no desempenho de atividades. Somos corpos que sentem, possuem memórias, não deveriam simplesmente individualizar aspectos estruturais sociopolítico, econômicos e territoriais. Tupi destaca: "As instituições devem olhar para nós como pessoas que trazem lutas, traumas, vivências que afetam as nossas atividades acadêmicas, de alguma maneira a universidade também nos violenta". Quais são os espaços para sermos vistas e expressarmos quem somos?

Os amazônidas, resilientes diante das adversidades, lutam pela sobrevivência, mas, como todos os seres humanos, não desejam enfrentar uma batalha constante pelo acesso ao básico. Não devemos romantizar o sofrimento, embora seja a esperança nos sonhos coletivos que nos mantém orientados para o futuro. Não queremos ser forçados a ser guerreiros e lutar incessantemente, como foi apontado: "Não queria ter sido guerreira, vivia preocupada porque minha família não tinha dinheiro".

Ela se identifica com a práxis libertadora. "A educação é o caminho para tudo, eu quero viver em um mundo melhor, proporcionar isso às próximas gerações. Eu venci com a educação". Por isso, engaja-se nos coletivos acadêmicos, soma-se às outras, vai ocupando espaços fortalecidos também pelos vínculos com os professores e amizades, seja por meio da pesquisa ou de atividades de ensino e extensão. Novos caminhos percorridos pela Tupi favorecem a continuidade de cursar o ensino superior. Nesse ínterim, as atividades de

extensão são de suma importância, pois integram o tripé – ensino, pesquisa, extensão – da universidade, possibilitando a interação desta com a sociedade. Destaca: “Eu comecei a fazer o pibex e tudo começou a melhorar porque sempre gostei de estudar e comecei a produzir, conseguia relacionar os teóricos na importância da democracia e da educação com a comunidade”.

Uma vez que a formação profissional se estende para além dos limites físicos das instituições de ensino, a interação com diversas realidades promove uma transformação ético-política na sociedade. No entanto, ainda é necessário um aumento significativo nos investimentos políticos e econômicos para fortalecer e concretizar as propostas de integração entre a universidade e a comunidade. Isso pode contribuir significativamente para promover a saúde integral da população por meio de práticas educativas contextualizadas nas diversas realidades enfrentadas no dia a dia (Regis Santana, Cristina Santana e Sebastião Costa, 2021).

Nesse contexto, os coletivos de jovens no ambiente universitário, especialmente aqueles envolvidos com as artes musicais, foram de grande importância na jornada da interlocutora, assim como as mulheres professoras que serviram de inspiração e referência. Por meio da escuta e da expressão musical, ela conseguiu avançar na busca por seus próprios sonhos, abandonando o sofrimento e encontrando novos laços de apoio. Ela se redescobriu em meio a outras mulheres, superando momentos difíceis.

A voz de Tupi ressoa em harmonia com as vozes de outras mulheres, expressando o desejo de compartilhar suas histórias por meio das experiências coletivas. Por meio de sua própria narrativa de vida, do envolvimento em movimentos coletivos e das atividades em grupos feministas, ela se dedica ao fortalecimento e apoio mútuo entre as mulheres. Ela destaca seu compromisso em participar ativamente das rodas de movimento das mulheres, onde é convidada a cantar e a dar voz às músicas compostas pelas professoras, contribuindo para o empoderamento feminino. Além disso, faz parte de uma rede de mulheres engajadas na educação rural e nos saberes populares tradicionais.

Além disso, a interlocutora ressaltou a importância da Assistência Estudantil por meio das Políticas de Permanência. Pontua que “permanecer na universidade é o que pega, as políticas socioassistenciais (auxílio acadêmico) que possibilitaram eu continuar até hoje, e a runi (moradia universitária) foi fundamental, se demorasse mais tempo para sair o edital, talvez eu não conseguisse”. A moradia universitária significou um lugar afetivo e de paz para a interlocutora, também pela identificação com os estudantes de realidades similares à sua

realidade, que precisaram migrar para realizar o sonho de cursar o Ensino Superior “outras realidades conversam com a sua, são estudantes que tem intuito de se formar, a gente vai estabelecendo vínculos”.

De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em 2019, 70,2% dos estudantes matriculados nas Universidades Federais do país eram oriundos de famílias com renda mensal per capita de até 1,5 salário-mínimo. Pela primeira vez na história, estudantes de cor ou raça preta, parda e indígena ultrapassaram a metade do total de estudantes, atingindo 52,1%, o acesso por si só não é suficiente (FONAPRACE, 2019). É necessário ampliar os estudos sobre as políticas de assistência estudantil no Ensino Superior e propor instrumentos para minimizar a evasão escolar, além de garantir o êxito no percurso acadêmico (Leonardo Secchi, 2013). Embora a interlocutora tenha tido moradia, ela precisou trabalhar para suprir necessidades básicas, e a dificuldade financeira é um dos maiores desafios para a permanência na graduação, especialmente durante a pandemia, quando o acesso às aulas foi inacessível para quem não tinha internet.

A práxis, ou seja, a integração entre teoria e prática, está sendo construída com propósito na trajetória da interlocutora. A produção de pesquisas está em ascensão, aprofundando as lutas pela educação na Amazônia, impulsionada por leituras, encontros e projetos institucionais. Além disso, ela está engajada em uma luta pela educação especial, motivada por suas próprias experiências familiares com seu tio, que é uma figura marcante em sua vida e enfrentou dificuldades de acesso à educação devido à sua deficiência.

Assim, ela está criando possibilidades de existência, alimentando o sonho de cursar um mestrado. Por meio de suas leituras feministas, ela está em constante transformação, buscando formas de se emancipar das opressões. Ela reconhece que em algum momento não se sentia parte integrante desse espaço: “Não me sentia pertencente naquele ambiente”. A construção de sua identidade está em constante metamorfose, buscando alcançar a emancipação das diversas formas de opressão (Antonio Ciampa, 1983).

Nesse sentido, Tupi, moldada pelas relações socio-histórico-culturais, carrega consigo a subjetividade de sua própria maneira única de existir no mundo, repleta de resistências e resiliências. Ao mesmo tempo que relembra a trajetória marcada por marcos dolorosos – “eu olhava pra minha trajetória e via muita luta, muita dor o tempo todo, episódios traumáticos o tempo todo” - , lança olhares novos pra sua história, integra o passado de sofrimento, não desconsidera suas raízes, mas se vê potente, suficiente e forte

para continuar a caminhada. “Nessas coisas que as minhas raízes fincaram, a partir delas eu vi que posso, tenho força suficiente para seguir”. Sim Tupi, você conseguiu e continuará escrevendo nova história de vida, apesar da estrutura sociopolítica-econômicas e culturais, tecendo potentemente o teu caminhar, “esperançando” sonhos coletivos.

A afetividade nos lugares escolhidos como importantes para a sua trajetória de escolarização, revelam o verde da floresta conforme narrativa: “A verdade é que morar aqui perto do campus, eu gosto muito de ter essa coisa na natureza, ar puro. Temos possibilidades de fazer as coisas debaixo das árvores”. A presença de ambientes restauradores, lugares capazes de restabelecer a atenção da fadiga gerada pela concentração em atividades específicas e repetitivas no cotidiano das pessoas, é fundamental para a promoção da saúde integral no ambiente universitário (Adria Sousa *et al*, 2015).

No tecer de esperanças, é válido ressaltar que diante dos desafios de viver e morar em ambientes mediados pela florestalidade da Amazônia, também há beleza e nuances que apontam para enfrentamentos, superações e pertencimento. A afetividade e estima de lugar proporciona possibilidade de engajamento e participação ativa e cidadã nos espaços a fim de transformá-los conforme necessidades coletivas (Zulmira Bomfim, 2012; Milton Santos, 2021). Na história de vida de uma mulher amazônida, a afetividade destaca-se durante o transitar no deslocamento entre as entrevistas móveis e é apontada nos lugares escolhidos como importantes para a sua trajetória de escolarização.

Para Tupi, a proximidade do verde da floresta traz conforto. Ela pontua que “a verdade é que morar aqui perto do campus, eu gosto muito de ter essa coisa na natureza, ar puro. Temos possibilidades de fazer as coisas debaixo das árvores”. A presença de ambientes restauradores, lugares capazes de restabelecer a atenção da fadiga gerada pela concentração em atividades específicas e repetitivas no cotidiano das pessoas, são fundamentais para a promoção da saúde integral no ambiente universitário (Sousa *et al*, 2015). Portanto, manter a preservação da natureza é cuidar das pessoas que vivem nele, favorecendo os processos educativos com a florestalidade amazônida para promover a saúde integral dos estudantes, que como a interlocutora podem encontrar experiência de conforto na proximidade com a natureza do campus universitário.

Fim só se for do sofrimento ético-político: por uma continuidade dos sonhos coletivos

Ao mergulhar na narrativa de uma jovem estudante amazônica, este estudo revelou um mosaico de desafios históricos, sociais e econômicos que moldam a realidade das mulheres dessa região. Por meio das lentes das interseccionalidades, pudemos desvendar como a opressão e a subordinação, enraizadas em diversas camadas (étnico-raciais, de gênero, classe, território), permeiam suas trajetórias, impactando sua saúde mental e o acesso à educação superior. A história de vida da jovem entrelaça ciclos de violência geracionais, abandono paterno, trabalho infantil, abuso sexual, dificuldades econômicas, enfraquecimento de laços familiares, insegurança alimentar e habitacional. Tais obstáculos, somados às demandas da transição para o ensino superior em tempos de pandemia, configuram um panorama complexo e desafiador.

Diante desse cenário, as políticas socioassistenciais de permanência estudantil, projetos de extensão e intercâmbio emergem como ferramentas essenciais para promover a permanência na universidade e fortalecer o sentido da jornada acadêmica. A práxis crítico-reflexiva, construída para além da sala de aula, e os vínculos com as professoras e colegas assumem igualmente um papel fundamental na promoção da saúde mental e no acolhimento.

A resistência coletiva se manifesta na participação da jovem em grupos de coletivos e no centro acadêmico, onde luta por si, pelas suas companheiras e por todas as pessoas. Essa força inspiradora reforça a necessidade de projetos que promovam a saúde integral no ambiente universitário, priorizando políticas de saúde mental e prevenção de violências.

Este estudo contribui significativamente para trazer à tona questões sub-representadas relacionadas ao sofrimento ético-político das mulheres amazônidas. Enfatiza a necessidade de estratégias de promoção da saúde que considerem as particularidades de suas experiências, corpos vívidos e conectados com a florestabilidade amazônica, reconhecendo-a como promotora de bem-estar.

As experiências da jovem evidenciam os desafios específicos enfrentados pelas estudantes universitárias amazônidas em decorrência da intersecção de raça, classe, gênero e contexto territorial. Urge a implementação de políticas públicas mais eficazes que as apoiem em sua jornada educacional, levando em consideração as diversas demandas e problemáticas complexas e concretas de suas realidades.

São corpos que resistem e lutam contra os sistemas de dominação e subordinação. Por isso, torna-se imperativo a criação de programas e projetos no ambiente universitário que viabilizem formas mais saudáveis e amorosas, alinhadas à filosofia hookiana, para a caminhada existencial dessas mulheres. Estimamos que a contribuição do feminismo negro e das perspectivas indígenas inspire a realização de sonhos coletivos, fortalecendo as Tupis do Brasil e abrindo caminho para um futuro mais justo e equitativo.

Referências

ABREU, T. I. **Trabalhadores Escravos na Província do Amazonas**. In: XXVI simpósio nacional da ANPUH – Associação Nacional de História, 1., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo. 2011.

AGUIAR, W. M. J. DE .; ARANHA, E. M. G.; SOARES, J. R.. NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO: ANÁLISE DIALÉTICA DAS SIGNIFICAÇÕES PRODUZIDAS EM GRUPO. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e07305, 2021.

ALVES, M.K.R., ALBUQUERQUE, D.S., RESENDE, G.C. **As jornadas femininas e a universidade: narrativas de conciliação e projetos de futuro**. In: Narrativas de Mulheres na educação e na vida. Org . BARBATO, S., FRANÇA, C.C., RESENDE, G.C., ALVES, C.B., GONZÁLEZ, M.F., SILVA, I.R. – EMBU DAS ARTES, SP: ALEXA CULTURAL, MANAUS, AM: EDUA, 2023 ALEXA CULTURAL EMBU DAS ARTES-SP. 2023.

ANDRADE, A. O. Migração para Manaus e seus reflexos socioambientais. **Somanlu**. N.2, jul/dez. 2012. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/viewFile/443/274

ANDRADE, A. O., MARTINS, A. C. L.; MEDEIROS, M.X. **Violência estrutural de gênero no Amazonas: análise a partir das experiências da comunidade acadêmica**. In: BARROSO, M. F. (org). Violência contra as mulheres nas universidades. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2021, p. 103-119.

ARAÚJO, W. R. M. **Das margens dos rios à margem da sociedade: trajetórias de mulheres sateré-mawé no trabalho doméstico em Manaus (AM)**.- Manaus, AM : UFAM, 142 f. 2010.

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

BARBATO, Silviane; ALVES, Priscila Pires; DE OLIVEIRA, Valéria Marques. Narrativas e dialogia em estudos qualitativos sobre a produção de si. Revista Valore, v. 5, p. 22-36, 2020.

BARBOSA, K. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA AMAZÔNIA: O CASO DAS RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ E MAMIRAUÁ NO MÉDIO SOLIMÕES. In: Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana – **XVI SIMPURB**. 2019.

BOMFIM, Zulmira. **Cidade e Afetividade**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BRASIL. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf Acesso em: 26 mai. 2024.

BUTLER, Judith. 2019. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Trad. Lieber, Andreas. Belo Horizonte: Autêntica. 189 pp. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 271-289.

CIAMPA, A. C. A **Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasilien, 1983.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf. Acesso em: 21 mai. 2024.

COLLINS, P.H. **Intersectionality as critical social theory**. Durham: Duke University Press. 376 p. 2019. Disponível em: https://www.dukeupress.edu/intersectionality-as-critical-social-theory

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Estudos Feministas, v. 1, p. 177-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTES, V. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. / Virgínia Fontes. – 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FORUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 42ª ed. 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização: Flávia Rios, Márcia Lima. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **Love as the practice of freedom**. In: Outlaw Culture. Resisting Representations. Nova Iorque: Routledge, p. 243-250. Tradução para uso didático por Wanderson Flor do Nascimento. 2006.

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 283p. 2017.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro.** Tradução Rainer Patriota. 1. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, B. Feminist theory: from margin to center. Boston: South End Press, 1984. Sisterhood: political solidarity between women. **Feminist Review**, v. 23, n.1, p. 125-138, 1986.

Instituto Avon. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015.

MACEDO, Liliane de Fátima Dias. GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 600–609, 2023.

MARANGONI, Vívian Silva Lima; DINIZ, Glaucia Ribeiro Starling; NEVES, André Luiz Machado das; PONTES, Munique Therense Costa de Morais; MARTINS, Gizelly de Carvalho. PANORAMA DAS CONDIÇÕES FEMININAS NO AMAZONAS: DO PERÍODO COLONIAL AO SÉCULO XX. **Interfaces Científicas – Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 21–32, 2017.

MEDEIROS, Lidiane Tavares et al . MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO AMAZONAS: ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO. **Rev. Baiana enferm.**, Salvador , v. 32, e26623, 2018 .

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, R.A. **Saúde Mental de estudantes universitários**: fatores associados aos transtornos mentais comuns durante a vivência acadêmica. Salvador, 241 p. 2022.

PEREIRA, A. DOS S.; SILVA, I. R. DA. História de Vida e Feminismos na Amazônia: um estudo de caso. **Educar em Revista**, v. 39, p. e87346, 2023.

PESSOA, A. B. **Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920)** / Alba Barbosa Pessoa. Manaus: [s.n.], 180p., 2010.

RESENDE, G.C., FERREIRA, I., SILVA, I. BARBATO, S. DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA E OS SIGNIFICADOS DE TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS. **Revista Psicologia, Educação e Cultura**, vol. 23, n. 6, 2022.

RIBEIRO, C.A.L., FREIRE, C.H.E. Mortalidade materna: perfil clínico e epidemiológico de uma maternidade pública do Amazonas. **Rev Femina**. Vol 50, n.4, 2022.

SANTANA, R. G.; LOPES, R. F. F.. Aspectos conceituais do perdão no campo da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 3, p. 618–631, 2012.

SANTANA, R. R. et al.. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 2, p. e98702, 2021.

SAWAIA, B. B. (org.) **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis. RJ: Vozes. 1999.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUSA, A. de L.; MEDEIROS, J. de S.; ALBUQUERQUE, D. da S.; HIGUCHI, M. I. G. Parque Verde Urbano como Espaço de Desenvolvimento Psicossocial e Sensibilização Socioambiental. **Psico**, [S. l.], v. 46, n. 3, p. 301–310, 2015. DOI: 10.15448/1980-8623.2015.3.17423.

SOUSA, Adria de Lima; ZENI, Luis Augusto; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. Territorialidades e Contexto Urbano nos Estudos sobre a Relação Pessoa-Ambiente: Revisão Integrativa de Literatura. **Estud. Pesqui. 41etáfor.**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 2, p. 494-512, ago. 2021 .

SOUSA, F.R. **Povos Indígenas e saúde mental: a luta pelo bem habitar sereno e confiado**. 2018. 159 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, S. A. DA .. Migração internacional recente no amazonas: o caso dos Hispano-americanos. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, p. 155–177, jan. 2011.

VIEIRA, V. M. S. DE A.; TORRENTÉ, M. DE O. N. DE.. Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210674, 2022.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

4. Artigo 2 – IMPACTOS DO SOFRIMENTO PSÍQUICO E ÉTICO-POLÍTICO EM MULHERES RACIALIZADAS E RETERRITORIALIZADAS NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Resumo

Este artigo analisa os impactos do sofrimento psíquico e ético-político em mulheres amazônidas reterritorializadas e racializadas que migraram de comunidades rurais, quilombolas e indígenas para cursar o Ensino Superior no Amazonas. A partir de uma perspectiva interseccional, vale-se do conceito de corpo-território, para o qual há uma relação indissolúvel entre corpos, histórias e terra, e enfatiza a criação de espaços de resistência e valorização de saberes ancestrais. Para tanto, realizamos a pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, utilizando as narrativas das mulheres amazônidas racializadas e reterritorializadas para compreender como os impactos do sofrimento psíquico e ético-político foram experienciados nas suas trajetórias de escolarização no ensino superior. O estudo aponta para a necessidade de políticas públicas que transcendam o acesso à educação, promovendo permanência, saúde mental e enfrentamento às desigualdades estruturais, como a dificuldade de acesso a direitos básicos e o enfrentamento às violências de gênero e racismo epistêmico. Defende-se, enfim, uma abordagem ecofeminista e decolonial para transformar as realidades amazônidas, unindo justiça social e ambiental, além do reconhecimento das vozes dessas mulheres como agentes de transformação e resistência.

Palavras-chave: sofrimentos; mulheres amazônidas; corpo-território; interseccionalidade; ensino superior.

Abstract

This article examines the impacts of psychological and ethical-political suffering on reterritorialized and racialized Amazonian women who migrated from rural, quilombola, and Indigenous communities to pursue higher education in Amazonas. From an intersectional perspective, it employs the 43etáfora43f *body-territory*, which posits an indissoluble relationship between bodies, histories, and land, emphasizing the creation of 43etáfo for resistance and the valorization of ancestral knowledge. To this end, a qualitative, exploratory, and descriptive research approach was conducted, utilizing the narratives of racialized and reterritorialized Amazonian women to understand how the impacts of psychological and ethical-political suffering were experienced throughout their higher education journeys. The study highlights the need for public policies that go beyond access to education, advocating

for permanence, mental health support, and the addressing of structural inequalities, such as limited access to basic rights and the challenges posed by gender-based violence and epistemic racism. Finally, the study calls for an ecofeminist and decolonial approach to transform Amazonian realities, integrating social and environmental justice while recognizing these women's voices of transformation and resistance.

Keywords: Suffering; Amazonian women; Body-territory; Intersectionality; Higher Education.

Introdução

O presente artigo aborda os impactos do sofrimento psíquico e ético-político de mulheres amazônidas reterritorializadas e racializadas que se deslocaram de suas comunidades rurais, quilombolas e indígenas para cursar o Ensino Superior em polos de duas universidades públicas do Amazonas. Esse deslocamento e a circulação dos seus corpos em um espaço no qual a branquitude performa a sua senhoria, reflete na forma como estas mulheres experienciam a vida acadêmica. Sob o viés interseccional, buscar-se-á uma compreensão mais ampla das vivências dessas mulheres.

A interseccionalidade, abordagem aqui preconizada, remonta às origens dos feminismos negros, e traz importantes contribuições de como os diferentes marcadores sociais (gênero, raça, etnia e outras) operam entre si como formas de opressão. Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, entre outras autoras, analisam, a partir da teoria, como as categorias sociais e culturais se entrelaçam. As relações entre esses marcadores são exploradas em múltiplos níveis, com o objetivo de explicar as diversas desigualdades presentes na sociedade (Knudsen, 2006).

A discussão de gênero e saúde mental é recente (Nascimento e Zanello, 2014), e neste estudo, abordamos a partir da noção psicossocial de cuidado, que compreende o sofrimento psíquico como uma condição inerente à experiência humana, ao contrário do modelo biomédico. Atualmente, é inegável a importância de abordar a saúde mental em conexão com o gênero e outros marcadores sociais, a partir da perspectiva da já referida interseccionalidade (Crenshaw, 1989; Akotirene, 2019).

Desta feita, a noção de saúde aqui é ampliada, pois abrange territórios, laços comunitários, corpos, pessoas, e dá primazia à terra como mãe de todas as relações. Isso faz da saúde uma luta pela reexistência plural na terra. Assim, ressalta-se que a influência da colonialidade opera baseada na violência, expropriação e exploração, fatores que afetam

diretamente a saúde das mulheres e de seus territórios de vida (Coradin e Oliveira, 2024). Smolen e Araújo (2017) apontam uma maior prevalência de adoecimento mental entre pessoas negras, pardas e indígenas, dados relevantes ao considerarmos as mulheres migrantes vindas do interior do estado do Amazonas, isso porque a classe e a etnia, frequentemente associadas à organização geográfica das populações, influenciam diretamente as dinâmicas migratórias dessas mulheres que se deslocam em busca de uma vida melhor.

De acordo com Crenshaw (2002, p.177), "as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias". Assim, as desigualdades regionais, raciais, étnicas e econômicas que marcam os sujeitos oriundos de determinados grupos, são características presentes na Universidade (Venturini e Feres Júnior, 2020), e impactam, consideravelmente, a saúde mental das mulheres reterritorializadas que cursam o Ensino Superior. Por sua vez, Lélia Gonzalez (1988) introduz a categoria político-cultural da amefricanidade para compreender a singularidade da formação da "América Ladina" e, assim, deslocar os métodos eurocêntricos que dominam a maneira de conceber o presente que herdamos.

Observamos que a temática da reterritorialização organiza-se em adjacência aos processos de desterritorialização, pois segundo Deleuze, em 1989, no vídeo L'abecedaire de Gilles Deleuze, filmado por Claire Parnet, expressou "não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte". Em outras palavras, a desterritorialização e a reterritorialização são indissociáveis, as linhas de fuga presentificam esses constantes movimentos (Deleuze e Guattari, 1997).

Tendo isso em vista, as mulheres nascidas nos interiores do Amazonas que precisaram se desterritorializar para acessar o Ensino Superior, são predominantemente indígenas, pardas, quilombolas, e com diversas vulnerabilidades, inclusive econômicas. Couto Oliveira (2007) considerou que mulheres pobres que enfrentam essa demanda e outras do contexto em que vivem, são mais propensas ao estresse e ao adoecimento psíquico. Portanto, os impactos na saúde mental, vivenciados através das subjetividades das mulheres reterritorializadas, seja o sofrimento ou adoecimento, não são descolados da forma de organização da sociedade à qual estão submetidos, ancorados no patriarcado/machismo e

sexismo/racismo, condicionantes que legitimam as relações de poder por exploração, violências, abusos e precarização da vida, do trabalho, e de outros.

A travessia do mundo das cores ao mundo branco, em que a branquitude dita padrões existenciais, gera afetação nas pessoas envolvidas, uma duplicidade de múltiplos sentidos, que coloca tanto a pessoa racializada como preceptora de um espaço não projetado para a sua circulação, quanto a branquitude em posição incômoda com a presença dessa circulação. Assim, uma imersão hegemonicamente perene que se perpetua na dominação das formas de ser, saber e poder, conhecida por colonialidade ou "o lado mais obscuro da modernidade" (Quijano, 1992; Mignolo, 2017, p.1).

Doravante, o contra-ataque ao obscurantismo da modernidade vem da "desobediência epistêmica", que cria, na diferença da narrativa plural, ferramentas habilitadas a produzir e reproduzir resistências, reexistências e revivências de antissujeitamento (Mignolo, 2017; Walsh, 2012). Em universidades, isso possibilita ajustes ou rompimentos com padrões colonialistas e busca na insurgência a construção de metodologias decoloniais emancipadoras.

Reconhecendo a urgência de compreender as relações impostas a corpos racializados em espaços concebidos pela e para a branquitude, recorremos ao conceito de corpo-território, perspectiva que nos permite evidenciar como corpos não-hegemônicos perturbam a ordem simbólica da casa-grande e como as ações desse espaço contribuem para o sofrimento desses corpos. Entendemos aqui a casa-grande como 46etáfora para universidades que se fazem excludentes ao desconsiderar fatores sociais, econômicos, culturais, territoriais e especificamente de raça e gênero na trajetória de estudantes subalternizados por um modelo desigual.

Nesse sentido, desponta para as contribuições do ecofeminismo, saberes de mulheres indígenas latino-americanas, que consiste na inseparável defesa do território-terra e território-corpo, unindo as lutas contra as formas de opressões violentas do patriarcado e sexismo, racismos e outros. Ao articular as narrativas de nossas interlocutoras com a noção de corpo-território, ferramenta ecofeminista proposta por mulheres indígenas latino-americanas, como Lorena Cabnal, reafirmamos a centralidade das mulheres negras e das comunidades tradicionais nesta discussão, uma vez que reconhecemos "a Terra como prolongamento indissociável do nosso corpo", percebendo-a como espaço político, cultural e espiritual (Haesbaert, 2018, p. 82).

Enquanto corpos brancos exercem plenamente o espaço acadêmico como ambiente de desenvolvimento intelectual, mulheres amazônidas reterritorializadas encontram-se diante de uma arena de disputa de narrativas e de resistências para não sucumbirem às investidas nocivas do ambiente acadêmico. Pontua-se aqui que a ideia de corpo-território que compreende o corpo feminino não é apenas um objeto de estudo, mas um sujeito político que reivindica seu lugar em diversas esferas da vida. Ao conectar o corpo feminino a uma rede complexa de relações ontológicas, propõe-se uma nova forma de entender a realidade, que exige uma reconfiguração dos espaços políticos, epistemológicos e territoriais (Santos e Ferreira, 2022).

Seguindo a lógica do encontro, esse corpo-território é marcado pelo território de outro corpo, um corpo de branquitude, no qual as relações de poder estão enraizadas em dinâmicas coloniais. Entretanto, é um corpo carregado de memórias e resistências, que circula no espaço da academia performando um saber não "eurocêntrico" (Gonzalez, 1988). Na contramão desse fluxo, estão os corpo-territórios, demarcados por territorialidades, ancestralidades, resistências e muitos conhecimentos, corpos que abrigam interseccionalidades de raça, etnicidade, gênero, classe, idade e natureza, por assim dizer, territórios de reexistência (Haesbaert, 2018). A academia pode ser não só um lócus de disputa, mas também um espaço em que esses corpos-territórios-não-hegemônicos vão circular e desestabilizar a produção de conhecimento "eurocristão". Como bem pontua bell hooks (2018): "a academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado."; isso pode ser possível diante do tecimento de narrativas que denunciam o sofrimento ético-político e combatem o "status quo" de uma sociedade excludente reproduzida na universidade.

As narrativas que servem como base para este estudo são marcadas "ao vazio, à ausência, à fala silenciada" (Piedade, 2017, p. 16). O racismo submete os corpos dessas mulheres, pois ao circular nesses espaços brancos, são entendidas como corpos "outros", em que a alteridade é perceptível. Utilizamos o termo "mulheres amazônidas racializadas" para sinalizar as experiências locais e como os corpos não brancos vivenciam o universo acadêmico. Compreendemos, a partir de Vergès (2020), quando ela trata das intersecções das várias facetas dos marcadores da diferença, e aqui, especialmente, abordamos gênero, raça e territorialidade, essa última "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar" (Haesbaert,

2007, p, 22), questão que participa das relações sociais dessas mulheres com a academia e com a identidade cultural de cada uma.

Além disso, olhando para as conexões dessas intersecções, aponta Vergès (2020) que o objetivo não é simplesmente reorganizar elementos de forma sistemática e, em última análise, abstrata, mas sim buscar identificar se há conexões e quais são elas. Adotar uma perspectiva multidimensional possibilita evitar a hierarquização das lutas com base em uma escala de urgência, que geralmente acaba sendo moldada por preconceitos. Como Fernandes et al. (2016) expressaram, as pessoas de comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas sofrem humilhação social, produzida pelo preconceito e discriminação de suas origens, e esse sofrimento atravessa as dimensões raciais, geográficas e de classe.

Segundo o IBGE (2022), o Amazonas, em extensão, é o maior estado entre as 27 unidades federativas do Brasil, com aproximadamente 1,6 milhões de Km². Manaus, sua capital, concentra 52,25% de uma população estimada em 3,9 milhões de habitantes. Logo, a maioria dos investimentos econômicos é destinada à capital, o que foi exemplificado durante a pandemia de Covid-19, quando enfrentamos a falta de oxigênio e, em um estado com 62 municípios, apenas Manaus contava com UTIs (Salino e Ribeiro, 2023). Além disso, o estado do Amazonas localiza-se distante de grandes centros urbanos, e os caminhos de rios e florestas impõem desafios à efetivação de direitos básicos das populações rurais, como o acesso à saúde e à educação, o que leva as mulheres a seguirem destinos relacionados ao trabalho na pesca, na agricultura ou em outras atividades econômicas de subsistência (Pereira e Silva, 2023).

No que tange ao índice de acesso de mulheres ao Ensino Superior, isto não implica que as condições de vida tenham sido transformadas, pois elas ainda vivenciam jornadas duplas ou triplas, consequências das divisões sexuais de trabalho e dos papeis de gênero atribuídos às mulheres histórica e socialmente, o que pode fazer com que essa sobrecarga e autocobrança culmine em problemas de saúde (Alves et al, 2023).

Esses desafios acentuam-se ainda mais para as mulheres amazônidas racializadas, que precisam se desterritorializar em migrações para garantir a continuidade da escolarização no ensino superior, devido à ausência de cursos ou a quantidade insuficiente ou inexistente de Instituição de Ensino Superior (IES) nos seus territórios. Somados a isso, segundo Lemos (2021), quem migra também enfrenta dificuldades de mobilidade entre os municípios, de acessos a materiais, empecilhos financeiros, simbólicos e emocionais envolvidos nos processos de migração.

Há que ser considerado que os movimentos migratórios fazem parte da história da humanidade e podem ser interpretados como via de busca por sobrevivência, matrimônio, trabalho e educação (Ghizzo e Rocha, 2008; Pereira e Silva 2023). Para as mulheres amazônidas, a migração representa uma oportunidade de continuar sua trajetória de escolarização, possibilidade de profissão e emprego. A busca acontece através das resistências e enfrentamentos, fruto de lutas sociais, porém, ainda assim, a desigualdade de gênero se faz determinante na academia (Oliveira et al., 2021).

Lugones (2014) ressaltou que a colonialidade do gênero permanece na intersecção de gênero, classe e raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista, atualizado nas formas de sentir de mulheres quilombolas, negras, pardas e indígenas, com seus corpos historicamente marginalizados, racializados e masculinizados, impedidas de existir e de serem reconhecidas como plenas e autônomas enquanto seres humanos. Essas heranças coloniais se atualizam no cotidiano amazônico.

Os desafios são intensos em relação à escolarização superior de mulheres ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Não basta implementar políticas de acesso, é necessário garantir a permanência delas, uma vez que o número de desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres, quando comparadas às dos homens, é superior, bem como a taxa de abandono dos estudos, considerando raça, etnia e maternidade (Barreto, 2015). Ao analisar as narrativas produzidas para este trabalho sobre a história de vida das participantes, atrelada à escolarização dessas mulheres, percebe-se que elas estão intrinsecamente ligadas às relações sociais, às heranças geracionais e à interação com o ambiente (Silva, 2024). É fundamental potencializar as vidas amazônidas, reconhecendo suas existências, arranjos e especificidades.

O processo de inclusão pela exclusão social gera "um sofrimento que é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos" (Sawaia, 2001, p. 102), somente para aqueles que vivenciam a inclusão perversa. Isso reflete os afetos e emoções escancarando a ausência de cuidado que o Estado e a sociedade oferecem para os cidadãos (Sawaia, 2001, p. 99). Dessa maneira, o sofrimento ético-político retrata no cotidiano dessas mulheres as injustiças sociais, vivenciadas pelas classes subalternizadas. Considerando isto, esta pesquisa debruçou-se sobre as narrativas das interlocutoras para visibilizar e reconhecer as complexidades e especificidades que assolam as suas vivências na realidade amazônida.

Percurso metodológico

Este artigo integra uma produção do macroprojeto de pesquisa intitulado *"Itinerários e condições de desenvolvimento de jovens estudantes do ensino superior: desafios para a permanência",* financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Enquanto estudo qualitativo, do tipo exploratório e descritivo, baseia-se nas narrativas do cenário experiencial dos sofrimentos vivenciados pelas mulheres durante as suas trajetórias de escolarização no Ensino Superior. Além disso, possibilita uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado, das experiências sociais, das interações e dos contextos culturais (Minayo, 2014). Os estudos sobre narrativas de vida possibilitam acessar, mediante as interseccionalidades presentes na história das mulheres estudantes amazônidas, as problemáticas e desafios, estratégias de superação e resistências, redes de apoio, vínculos e espaços de fortalecimento coletivo.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas, sob o número do Parecer: 5.765.546, seguindo todas as exigências da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. As interlocutoras da pesquisa foram oito mulheres racializadas, todas cisgêneras, negras, pardas, indígenas e quilombolas. Para preservar suas identidades, optamos pelos codinomes Tupi, Tainá, Jaci, Irani, Orion, Yuna, Jurema e Araci. Elas precisaram sair de seus territórios (Benjamim Constant, Parintins e Uarini; municípios do interior do Amazonas) para acessar o Ensino Superior em dois pólos de universidades públicas do Estado do Amazonas, e mesmo com as singularidades pertinentes à cada uma, trazem experiências de marcadores sociais (gênero, raça, etnia, classe) importantes para o estudo.

Para o levantamento de dados, usamos a entrevista narrativa e semiestruturada. A entrevista narrativa tomou como questão norteadora: "conte-me sobre a sua história de vida" (Barbato et al., 2020). A partir disso, conduziu-se uma entrevista semiestruturada para aprofundar questões conforme o objetivo do estudo. Após as entrevistas, foram realizadas as transcrições e análise de dados, e com a familiarização, acomodamos as unidades das narrativas e dos temas (Minayo, 2014). A análise e interpretação dos materiais produzidos foram conduzidas levando em consideração os princípios históricos, sociais e culturais que moldam o debate interseccional, assim como o arcabouço teórico relacionado à feminismos. Sendo assim, construímos cinco temas que abrangem os atravessamentos que impactam o

sofrimento psíquico e ético-político das mulheres amazônidas reterritorializadas sob o prisma interseccional, tomando a interseccionalidade como "uma prática de abordar as relações sociais, que possibilita um olhar aguçado, percebendo que as opressões podem ocorrer de forma simultânea." (Queiroz, 2023, p.23).

Este artigo é uma construção transdisciplinar que busca elaborar e descrever como essas mulheres amazônidas experienciam a academia e como a relação entre o "Eu" (representando as subjetividades de cada uma) e o "Outro" (a academia) reflete em seu bem-viver no ambiente acadêmico. A temática é considerada uma questão social complexa, que demanda um olhar além das margens, reafirmando, portanto, a importância da análise interseccional neste estudo. A interdisciplinaridade permite abordar o contexto cultural, social, os processos individuais, as dinâmicas sociais, entre outras facetas envolvidas na temática, que se entrelaçam nas narrativas e no cotidiano dessas mulheres.

Assumimos aqui o porquê de usarmos a ideia de corpo-território nos entendimentos das narrativas e também da articulação teórica e metodológica das autoras, neste sentido:

> (...) quero uma escrita feminista do corpo que enfatize metaforicamente a visão outra vez, porque precisamos resgatar este sentido para encontrar nosso caminho através de todos os truques e poderes visualizadores das ciências e tecnologias modernas que transformaram os debates sobre a objetividade. Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. (HARAWAY, 1995, p. 20).

As relações sociais contemporâneas ainda são influenciadas pelas relações coloniais. Bell hooks (2013) nos leva a refletir que o Ensino Superior também reflete as relações de hierarquização, aspecto estudado com Sueli Carneiro (2005), que ao desenvolver como se configura o epistemicídio, demonstra como o racismo estrutural coloca seus tentáculos em todas as esferas da vida das pessoas racializadas e como opera na construção dos conhecimentos. Dessa forma, a violência vivenciada na academia não é somente experienciada por seu corpo circular neste ambiente, o que reforça a ideia de corpo-território, pois é para além do físico, espaço e biológico, que essas violências se manifestam, manifestando-se, também, na aversão ou desqualificação da forma que são elaborados os conhecimentos e saberes, bem como nas suas falas, apontando as dificuldades linguísticas, decorrentes de seus processos de aprendizagem.

Bell hooks, em seu livro *Ensinando a Transgredir* (2013), retrata com maestria como jovens negros e negras experienciam a academia e quais são os meios de transgredir as

margens do mundo acadêmico por uma educação mais libertadora e com amorosidade, sendo esta um ato político e de acolhimento entre pessoas racializadas. Alguns intelectuais negros pontuam o aquilombamento, no sentido de se juntar a outros para resistir às violências vivenciadas. Percebe-se nas falas destas mulheres esses elementos, pois enquanto mulheres racializadas, se entrelaçam as narrativas.

Resultados e Discussão

Todas as interlocutoras da pesquisa são mulheres amazônidas reterritorializadas e racializadas, que precisaram migrar para continuar a escolarização no ensino superior e que com seus corpos-territórios enfrentaram desafios, dificuldades e transformações, coadunando sofrimentos ético-políticos e construindo estratégias de fortalecimento e reexistência. Com isso, elencamos cinco categorias que estruturam as narrativas sobre seus sofrimentos psíquicos e éticos-políticos durante as suas trajetórias de escolarização. São elas: 1. "Eu saio do interior, mas o interior não sai de mim"; 2. "A minha trajetória sempre foi marcada por alguma violência de homens"; 3. "Veio pandemia, né?"; 4. "mas por que tu pensa em desistir?"; 5. "A universidade abre nortes".

1. "Eu saio do interior, mas o interior não sai de mim".

As trajetórias de escolarização se entrelaçam de forma indissociável às histórias de vida das mulheres amazônidas racializadas e reterritorializadas. Em suas palavras, ressoam as vivências que atravessaram suas interseccionalidades, marcadas pelos vínculos familiares e pelo profundo pertencimento aos seus territórios de origem. Elas compartilham, com sensibilidade e força, como suas existências se conectam com o processo de escolarização no Ensino Superior, revelando a intimidade entre a vida e o aprendizado, entre a luta coletiva e o saber acadêmico.

Jurema expressou que: *"quando a gente começa a falar sobre nossa vida no interior, né? A gente remete a nossa família, e ao distanciamento que a gente tem da nossa família, a saudade". "No interior, a gente sente falta, porque a gente é acostumada a nunca sair de lá, né? A cidade é totalmente diferente, lá é um lugar que a gente sente muita falta".*

A compilação de fatores que adornam essa narrativa traz consigo o poder da territorialidade na memória do corpo, um corpo acometido por vínculos familiares,

distâncias, saudades, emoções, costumes, diferenças e dimensionalidades multiterritoriais tecidas no vínculo com a terra, "questões que se pode denominar de ontológico-territoriais e estão focadas em uma ou mais dimensões da terra-território, dependendo também da constituição específica de cada grupo e das lutas que se desdobram" (Haesbaert, 2018, p. 83).

As trajetórias dessas mulheres deságuam em seus corpos como os rios que marcam suas migrações amazônicas, migrações não isoladas, mas ocorridas de Norte a Sul do continente americano, que originaram o "Conceito de água-corpo-território, onde o corpo, como primeiro território, ontologicamente conectado à água, alcançaria outra dimensão de territorialidade" (Panez, 2018, p.14). Isso realça os diversos desafios apresentados nas vivências subjetivas das interlocutoras desse estudo, que narram suas vidas em comunhão com suas experiências de escolarização, sublinhando a relação inseparável entre o Ensino Médio e o Ensino Superior, pois as experiências a partir do seu corpo-território revelam a indissociabilidade constante em suas trajetórias, podendo ser superada a partir da possibilidade de quebrar ciclos com uma educação transformadora (bell hooks, 2013; Lélia Gonzalez, 1988).

Um vínculo permeado por inúmeras deficiências e precariedades na oferta educacional, especialmente em áreas interioranas. Como relatou Jurema, *"a educação no interior tem as suas dificuldades, acho que é infraestrutura"*; ou Araci, que descreve *"um ensino assim, não muito correto"*. Em alguns casos, a ausência de condições adequadas levou ao início das migrações, como apontou Jurema: *"a comunidade não disponibilizava de ensino médio"*. Essas experiências revelam que o ingresso no Ensino Superior vai além de uma decisão pessoal, trata-se de uma resistente contraposição frente aos inúmeros impedimentos de ordem política, geográfica, financeira e colonial, que por nossas interlocutoras foram vencidos pela subversão (Walsh, 2012).

O embate promovido pela desobediência transformou os corpos dessas mulheres em territórios de resistência, moldados pelas dinâmicas coloniais dos processos de desterritorialização e reterritorialização (Haesbaert, 2018). Movimentos que lhes possibilitaram vivenciar continuidades e descontinuidades, tanto materiais quanto simbólicas, ao longo de suas partidas e retornos aos interiores de onde vieram (Coradin e Oliveira, 2024). Por meio dessas territorialidades, elas acessam e ressignificam suas origens, como expressou Tainá: *"eu saio do interior, mas o interior não sai de mim"*. Isso demonstra como os deslocamentos são não apenas geográficos, mas também subjetivos, configuram

trajetórias de reexistência e revivência, reafirmando a conexão indissolúvel entre seus corpos e seus territórios.

A resistência, nesse sentido, não se dá apenas pela permanência no ensino, mas também pela capacidade de recriar territórios no encontro entre o que foi deixado para trás e o que é construído ao longo do caminho, como nos traz Araci: *"tu sai só da tua comunidade para tu crescer mais. Mas só que o que está na comunidade, a tua cultura, tu não pode matar. Porque se morrer o que tu tem aqui, não tem como tu crescer [...]. Então, tu tem que sempre carregar"*.

O ingresso das mulheres nas instituições educacionais, e no campo da produção intelectual de modo geral, é uma conquista recente, um passo que ainda reverbera com as lutas e os silêncios rompidos de tantas gerações. No final do século XIX, a educação das mulheres no Brasil era, em sua essência, um treino para que as mulheres se conformassem aos papeis de esposas e mães. Para as mulheres racializadas, no entanto, o ensino era um direito inacessível, restringindo-as ao trabalho doméstico ou a tarefas de cuidadoras (Hahner, 2003). Na vastidão de nossa Amazônia, até meados de 1950, cerca de 45% da população economicamente ativa eram mulheres, muitas delas entregues às tarefas domésticas não remuneradas ou atuando nas poucas escolas, onde recebiam um salário inferior em relação aos cargos ocupados por homens, pela árdua tarefa de ensinar (Loureiro, 2007).

Para as mulheres amazônidas racializadas, muitas "primeiras vezes" ainda estão se articulando, como regozijaram as interioranas Orion e Tupi, ao afirmarem: *"sou a primeira da família a ingressar na universidade"*. Uma celebração de vozes femininas que entoam em seu corpo-território uma consciência política, investida de súplicas e sujeitamentos geracionais, afirmando-o como ferramenta de luta (Haesbaert, 2018). Nesse processo, se revela a urgência de investir nas políticas que garantem o acesso à educação e a permanência dessas mulheres nas universidades, assim como no cuidado com sua saúde mental, marcada pelos atravessamentos interseccionais de gênero, raça, etnia, território e o impacto ambiental de suas realidades (Crenshaw, 1989; Akotirene, 2019). Um comboio que, desde a vida comunitária, abrange pluralidades como insegurança alimentar, falta de moradia, desafios de transporte e o inacessível mundo virtual, onde a dificuldade de acessar a internet é um obstáculo que as afasta do conhecimento.

Assim sendo, Alabanaes (2019) evidenciou a lacuna de pesquisas sobre a qualidade de vivências acadêmicas em universitárias cotistas. Identificou que a autocobrança elevada sentida por elas prejudica o bem-estar físico e psicológico, em decorrência da sobrecarga em

conciliar estudos, trabalho, dificuldades financeiras, além de condicionar o aprendizado indeferido pela carência do Ensino Básico. Logo, as interlocutoras deste estudo também expressaram a omissão do Estado com a base escolar interiorana, relacionados aos desafios de ausência de professores, falta de energia elétrica, infraestrutura inadequada, de materiais e de transporte.

Araci, mulher indígena, mencionou a dificuldade em cursar o Ensino Médio – *"o trajeto pra chegar até a escola era de lama em dias de chuvas, usando bota ou sacola no pé. Merenda, somente às vezes tinha, assim como o ar condicionado, as salas eram quentes, quando faltava água pra beber, o horário era reduzido"*. Também para Orion: *"Ia de barco ou canoa que o poder público disponibilizava, já na seca era um pouco mais dificultoso, andamos quilômetros a pé. Às vezes eles param a aula dos menores de educação infantil, porque pra eles é mais dificultoso*". Se considerarmos que a escolarização deve ser construída de forma integral, as vivências que acontecem na história de vida, a educação com a participação da família, e a falha da eficácia de políticas públicas contextualizadas, prolonga o sofrimento ético-político dessas mulheres que enfrentaram tantas dificuldades, as quais continuam intensas no Ensino Superior.

No que concerne ao ensino tecnológico (Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica – EMPMT), "uma alternativa para oferecer educação às populações do campo, que vivem em comunidades distantes" (Silva et al., 2024), se mostrou inconsistente e insuficiente nas realidades das interlocutoras. De modo que, durante a pandemia, a situação foi intensificada. Jurema destacou: *"Eu achei uma coisa ruim para todos nós. Eu não obtive uma nota boa se for lá no meu histórico escolar do terceiro ano do ensino médio, praticamente a mesma nota."* Para Orion, o Ensino Médio*" foi por mediação tecnológica [...]. Tem gente que vai pra cidade porque o tecnológico, como eles dizem, o tecnológico não é bom, não ajuda"*. Jurema continuou: *"a energia ela dificulta muito. Porque às vezes passa dois, três dias de novo e então perde muita coisa"*.

É preciso, como nos ensina bell hooks (2000), avançar das margens para o centro, em busca de uma educação emancipadora em que as pessoas racializadas não apenas resistam, mas reinventem as margens. Enquanto os maiores investimentos continuam a se concentrar nas grandes cidades, as comunidades periféricas e às margens – do rio, da cidadania e de condições de igualdade, lutam para acessar direitos fundamentais, como educação e saúde. As dificuldades apontadas, como a falta de transporte adequado, merenda escolar, água potável, materiais didáticos e energia para transmissão, são barreiras que

comprometem profundamente o processo de aprendizagem e dificultam o acesso ao ensino superior em territórios remotos. Como ressaltado por Queiroz (2024), as lacunas na pesquisa sobre a educação nas ruralidades do Amazonas revelam a urgência de um maior comprometimento do poder público. Mesmo com os avanços, é necessário que políticas públicas voltadas para a educação e a saúde considerem as especificidades da região amazônica, garantindo, assim, que as margens possam, de fato, ocupar o centro do debate e da ação transformadora.

Visibilizar as desigualdades de gênero vividas por mulheres do interior, indígenas, quilombolas e negras não apenas revela o reconhecimento das múltiplas opressões que elas enfrentam, mas também abre caminhos para estratégias de resistência. As jornadas percorridas por essas mulheres, seja pelos rios ou por terra, para acessar a educação são ainda mais árduas diante das mudanças climáticas, que atingem recordes a cada ano. As mulheres, crianças e idosos são os mais afetados pelas consequências climáticas extremas. O Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2024, reiterou que mais de quatrocentas mil crianças e suas famílias foram impactadas pela seca histórica que devastou a região amazônica. Isso porque os municípios na região são atravessados por rios, incluindo os núcleos urbanos que se localizam predominantemente às suas margens. Esses rios constituem um dos principais meios de comunicação e transporte entre as populações do interior e da capital (Mello, 2017; Silva et al., 2024).

As histórias aqui reunidas revelam a potência de seus corpos-territórios, que apesar de tudo, desobedece, resiste, desprende-se e reconstrói-se na fronteira de suas conquistas. Mignolo (2017) defende que nossa consciência é um processo de desprendimento e, para isso, precisamos ser epistemologicamente desobedientes, pois "o pensamento fronteiriço é a condição necessária para pensar descolonialmente" (p. 20). Reiteramos que mesmo distantes dos acontecimentos de suas comunidades, as participantes, permanecem profundamente conectadas às suas territorialidades, que não só as afetam, como as mobilizam: *"um dia, eu sei que vou voltar, vou falar: 'Vamos ter uma palestra aqui, vamos conversar sobre o que interessa pra vocês. A comunidade precisa se defender, vocês precisam defender o modo de subsistência de vocês. Tem tempo que não tem peixe lá também. Eu disse: Nós temos que nos mobilizar, nós!'"* (Tainá).

Elas seguem com a mobilização coletiva, o apontamento é para o Norte. No sentido de que, apesar das adversidades, pensar a educação a partir da perspectiva da cultura permite reconhecer a polissemia decolonial, utilizando as brechas das fronteiras para as lutas de

resistência como lutas políticas (Silva et al., 2024). As mulheres amazônidas racializadas percorrem, assim, a travessia emancipatória nos caminhos da educação.

Outro aspecto que não pode passar despercebido nas histórias de vida e escolarização dessas mulheres é a gravidez na adolescência e os impactos da maternidade na formação acadêmica de meninas e mulheres. Irani pontuou: *"aos 17 anos, eu engravidei, e quando tive meu bebê, parei de estudar"*. E Tainá reforçou: *"estou fazendo faculdade, mas acabei engravidando. A gravidez tornou tudo mais difícil, não conseguia ir à faculdade"*. As populações de comunidades ribeirinhas imersas na pobreza são frequentemente afetadas pela falta de acesso, o que dificulta o planejamento familiar (Gama et al., 2018), muitas vezes envoltas em relações abusivas, o que impacta diretamente na evasão escolar e compromete a saúde integral dessas mulheres. É urgente que as políticas públicas sejam capazes de garantir a proteção das mulheres, considerando as interseccionalidades dessas vivências, e assegurando sua autonomia e bem-estar.

2. "A minha trajetória sempre foi marcada por alguma violência de homens".

Funestamente, todas as mulheres interlocutoras da pesquisa compartilharam relatos de algum tipo de violência que atravessa suas histórias de vida, deixando marcas profundas e impactando suas trajetórias educacionais. A violência de gênero, nascida e perpetuada nas relações de poder, entrelaça-se com as questões de raça e etnia (Araújo, 2018). Contudo, é essencial considerar também as dimensões de classe e território, uma vez que as mulheres, mais do que os homens, são as mais vulneráveis aos efeitos da pobreza, especialmente quando o distanciamento geográfico as isola ainda mais. A estrutura social capitalista, alicerçada em um sistema patriarcal, coloca a mulher em posição subalterna em relação ao homem, principalmente quando ela é racializada (Barbosa e Moura, 2021).

Não obstante, as manifestações da violência não são homogêneas; elas se apresentam de maneiras distintas, dependendo do contexto. Araújo (2018) apontou que, entre os fatores que dificultam a ruptura com relações abusivas, encontram-se a internalização da dominação, a dependência emocional e econômica, a ausência de apoio social e familiar, o medo da perda e do desamparo, a idealização da família e do amor, e a preocupação com os filhos. Essas dinâmicas frequentemente imobilizam as mulheres, tornando ainda mais complexa a luta pela autonomia e pela liberdade, pois os vínculos de violência e dependência se entrelaçam com as redes de afeto e de sobrevivência.

As violências carregam consigo uma historicidade profunda, manifestando-se de formas diversas ao longo do tempo, adaptando-se e reforçando as desigualdades que as sustentam. No contexto histórico, as desigualdades raciais e de gênero têm sido determinantes no processo de saúde, doença e cuidado das mulheres, em especial das mulheres negras (Goes e Nascimento, 2013). Carneiro (2011) assinalou que, no Brasil e na América Latina, a violência colonial imposta pelos senhores brancos às mulheres negras e indígenas, assim como a miscigenação resultante desse processo, estão na raiz das construções da nossa identidade nacional. A violência sexual colonial, portanto, se revela como o "cimento" que sustenta as hierarquias de gênero e raça, que persistem e se atualizam nas sociedades contemporâneas, sendo vividas de maneira cotidiana nas histórias de vida e nas trajetórias de escolarização das mulheres.

Apesar das inúmeras ações e decisões, tanto nacionais quanto internacionais, a violência doméstica, uma das mais graves ofensas à dignidade humana e uma das manifestações mais cruéis do poder, afeta milhões de mulheres em todo o mundo, fruto do patriarcado e sexismo que com a dominação subjuga os nossos corpos. Como fenômeno complexo e multidimensional, ela atravessa fronteiras e se manifesta de maneira distinta em diferentes contextos socioculturais, políticos, econômicos e ambientais. No Brasil, a situação é ainda mais alarmante em regiões como a Amazônia, onde a vulnerabilidade das mulheres é acentuada, e negras, indígenas e ribeirinhas são colocadas em lugares de subalternidade e silenciamento, o que revela, de forma alarmante, a necessidade urgente de fortalecer as políticas de proteção às mulheres nas redes de forma interseccional.

Desde a pandemia da Covid-19, aumentou a repercussão global e nacional sobre a violência contra a mulher devido a intensificação do índice de feminicídio (Vieira et al., 2020), considerando a importância de abordar a violência doméstica e seus impactos na saúde mental sob a perspectiva de gênero (Zanello, Silva, 2012), é notável a consequência de danos morais e psicológicos, que podem evoluir para ansiedade e depressão. Também foi apontada a urgência de discutir a violência doméstica na perspectiva interseccional, considerando que a maioria das vítimas de feminicídio são mulheres negras (Mugnato, Seabra, 2021). Uma vez que elas também possuem menos acesso à educação e saúde, as vulnerabilidades são intensificadas, como é o caso da Thainá: *"Com a minha gravidez, as coisas se tornaram ainda mais difíceis. Eu não conseguia ir para a faculdade, não conseguia sair de casa. Ele começou a mandar nas minhas roupas, me agredia psicologicamente, me manipulava, me fazia sentir culpada pelas coisas que aconteciam."* Ela saiu da relação

abusiva com o apoio da família e conseguiu dar continuidade aos estudos, mas a maioria das mulheres não possuem rede de apoio, diariamente, enfrentam as marcas profundas da violência e do controle, sublinhando a urgência de uma resposta eficaz e sensível às suas necessidades.

> *"Como eu vivia um relacionamento um pouco abusivo, ele era ciumento, não deixava, não gostava, então, tive que parar de estudar novamente. Aí, eu tomei a decisão de me separar, foi uma decisão, a mais importante da minha vida, e voltei a estudar".* (Irani)

> *"o meu pai batia nela, minha tia batia nela, sabe? Enfim, tá, aí nós fugimos de X para cá, eu com a minha irmã, aliás, aí ela arranjou um trabalho"* (Jaci)

> *"A minha trajetória sempre foi marcada por alguma violência de homens. Então, eu tinha muito medo."* (Tupi).

Todas essas duras falas ressaltam o quanto a violência contra a mulher, em suas múltiplas manifestações, se constitui como um grave problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos que precisam ser analisados de forma interseccional. A violência contra a mulher representa um risco significativo à saúde e gera prejuízos profundos ao desenvolvimento humano, afetando de maneira irreparável o bem-estar físico, emocional e psicológico das mulheres, especialmente aquelas que, ao longo da história, foram marginalizadas por sua raça e classe. Considerando os danos causados às mulheres, as diversas formas de violências, impactam, consideravelmente nas suas trajetórias de escolarização, são corpos-territórios em lutas constantes e exaustivas. Por isso, o debate de corpo-território ilumina as existências coletivas e plurais, considerando terra, floresta, água, e os conhecimentos ancestrais, na perspectiva do cuidado, combatendo a exploração, tudo o que é predatório e violento.

Elas sentem em seus corpos territórios a dor e o sofrimento, impactos nocivos durante toda a trajetória de escolarização, que somente com a rede de apoio fortalecida e outros acessos de direitos garantidos, foi possível a continuidade dos estudos, que representa as possibilidades de vida, emancipação e autonomia. Ainda são necessários avanços nas políticas de proteção que possam contribuir efetivamente para que essas mulheres possam não somente vislumbrar, mas realizar sonhos e projetos de vida. Nesse sentido, Carneiro

(2011) ressaltou que o sentido de lutar pela igualdade de direitos está em transformar as possibilidades, reconhecer o ser humano como pleno e possível para além da condição de raça e gênero. Essas lutas se tornaram ainda mais desafiadoras depois da Pandemia de COVID-19, pois ela foi devastadora para os direitos de mulheres e meninas.

3. "Veio a Pandemia".

A pandemia de COVID-19, emergiu como uma crise sanitária global sem precedentes, com efeitos devastadores tanto na esfera da saúde pública quanto na gestão de políticas públicas em diversas nações. No Brasil, o primeiro caso foi registrado em fevereiro de 2020, e rapidamente os estados com maior densidade populacional e fluxos internacionais, como São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, tornaram-se epicentros de contágio e mortalidade.

O período pandêmico da Covid-19 também expôs de forma dramática as desigualdades sociais e econômicas que afetam mulheres e meninas ao redor do mundo, revelando as fragilidades estruturais que sustentam essas disparidades. De acordo com a ONU (2020), mais de 60% das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho informal, uma condição que as tornou especialmente vulneráveis durante o período de crise sanitária, visto que o fechamento do comércio e a retração econômica agravaram sua precariedade, reduzindo drasticamente suas fontes de renda, ampliando o risco de pobreza elevada.

No Brasil, esse cenário se mostrou ainda mais alarmante. As desigualdades de gênero, combinadas com profundas desigualdades sociais e regionais, tornaram-se evidentes em diferentes esferas. O aumento do desemprego, a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado, historicamente associado às mulheres, e a escassez de recursos essenciais afetaram de forma desproporcional a população feminina (Organização Pan-Americana de Saúde, 2022). Essa realidade foi especialmente cruel nas regiões Norte e Nordeste, onde inúmeras famílias enfrentaram a fome devido à ausência de políticas públicas adequadas para mitigar os impactos da pandemia.

No Amazonas, os impactos da Covid-19 transcenderam o patamar de crise sanitária, configurando-se como um marco histórico que desnudou, em toda sua complexidade, as fragilidades estruturais do estado em relação ao país. Pois nem as áreas mais remotas foram dispensadas da pujança viral, que gerou consequências econômicas e psicossociais de grande alcance, transformando profundamente a vida da população amazonense (Floss et al., 2020). Isso escancarou a desigualdade de acesso à saúde pelas populações rurais, pois somente a

capital Manaus foi equipada com infraestrutura adequada para enfrentar a doença, estratégia governamental que visava "robustecer a rede hospitalar de Manaus para recepcionar os pacientes da capital e os advindos do interior" (Salino & Ribeiro, p.206).

E foi assim que o caos se instalou no sistema de saúde do Amazonas: hospitais lotados, filas de espera, falta de mão de obra, insuficiência de leitos de UTI e falta de insumos básicos como oxigênio e remédios, ilustraram as cenas da tragédia humana no estado (Salino e Ribeiro, 2023). Esse conjunto de catástrofes afetou desproporcionalmente as populações mais pobres, muitas delas chefiadas por mulheres (Pantoja, 2014). A ausência de uma rede de proteção social resistente tornou-se evidente, revelando não apenas a insuficiência de medidas emergenciais, mas também a perpetuação de estruturas que historicamente negligenciam os direitos das mulheres e das populações marginalizadas.

Amalgamada aos impactos da pandemia estava a Educação, que adotou o ensino remoto pelo uso de tecnologias digitais, representando um novo desafio para o sistema educacional amazonense, principalmente nas regiões remotas como é o caso dos interiores, com suas comunidades onde não havia internet de qualidade, nem aparato digital por parte de professores e alunos (Andrade et al., 2021).

Embora o Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica (EMPMT) exija o uso de equipamentos informacionais, como computadores, impressoras, webcams, microfones, telefones IP, no-breaks, televisores e acesso à internet (Silva et al., 2024), sua implementação nem de longe serviu para assegurar, o acesso ao ensino remoto. Isso ocorre porque o modelo do EMPMT depende da infraestrutura oferecida pelas escolas para sua execução, instituições que não estão presentes em todas as comunidades rurais, o que leva pessoas a se deslocarem em percursos dificultosos para alcançar seu direito à educação. Como narra Yuna, *"a gente vai de barco, ou de canoa, [...] transporte que leva e traz. [...] No tempo da estiagem, têm que sair cedo [...] passam por um monte de coisa. Porque a gente para na estrada [...] aí passam por ponte e lama [...] quando chegava na escola, trocava a roupa pra ir pra sala. A gente chegava todo suado".*

Esse é um dos retratos adversos que atravessa o ensino nas comunidades distantes. Imagem que introduz a dificuldade que foi operacionalizar o ensino remoto no Amazonas durante a pandemia, pois o uso de tecnologias requer para além de habilidades específicas, infraestrutura e condições materiais, muitas vezes ausentes no cotidiano das populações marginais. Algumas interlocutoras lembraram das mazelas deste período: *"Quando tinha uma atividade remota, dificultou muito o acesso porque não tinha acesso à internet. Sem o*

acesso à internet, era muito difícil estudar em casa, eu não sabia se cuidava da casa ou estudava" (Irani). *"tinha dificuldade porque ficava sem energia, esculhamba o aparelho, fomos prejudicados."* (Orion). As falas demonstram que o processo de aprendizado remoto tornou-se um fardo psicossocial para essas mulheres. O sofrimento psíquico relacionado com a falta de material e infraestrutura para estudar, apresenta o sentimento de fracasso acadêmico frente a algo que não deveria haver responsabilidade individualizante (Kafrouni et al., 2020).

Ratificamos que, durante a pandemia, a implementação emergencial de aulas online destacou-se como uma estratégia para mitigar os impactos educacionais provocados pela suspensão das atividades presenciais. Contudo, essa solução, ao ser implementada de maneira abrupta e sem planejamento prévio, expôs estudantes, famílias, professores e a sociedade como um todo a uma inesperada colonização tecnológica, transformando todos em aprendizes involuntários em um contexto de imposição pandêmica. Um processo de adaptações psicossociais rápidas que impactou profundamente a vida cotidiana. Nesse cenário, as mulheres, especialmente as mães, foram as mais atingidas emocionalmente, enfrentando uma sobrecarga exacerbada ao equilibrar múltiplas demandas, como trabalho, afazeres domésticos, vida pessoal, afazeres acadêmicos, cuidado com os filhos, apoio no processo educacional remoto e preocupação com a doença e a morte (Pastoreli et al., 2024).

O discurso das interlocutoras expõe aspectos da realidade supracitada: *"aí, eu tive essa perda grande, né? Os meus pais. Momento em que eu pensei em desistir… Da faculdade, momentos em que pensei em desistir de tudo"* (Irani) e *"também descobri um câncer, e foi muito complicado, eu não podia dar prosseguimento por conta da pandemia, né? Que tava… a minha cabeça ficou assim a mil, né? Eu vou morrer. Quem vai cuidar dos meus filhos?"* (Jaci). Diante disso, os afetos foram a força motriz adotada por elas para seguir adiante, e mesmo com os pensamentos de desistência do percurso educacional, elas reinsurgiram em novos sentidos de caminhada.

Para Irani, foi ainda mais difícil, pois entre idas e vindas para a terra de origem e o pólo da graduação, foi imposta a condição de não estar na presença da família durante a pandemia: *"Foi um momento que mexeu com o psicológico de todos, bem difícil. Não poderia voltar pro município. Tinha pago aluguel, passagem e não tinha como retornar, não consegui a liberação para entrar no município. Fiquei sozinha, eu lia era a respeito da pandemia e isso mexeu muito com o meu psicológico, né? Chorava porque estava sozinha* (Irani). No Amazonas, a adoção de protocolos de segurança impôs, além do isolamento

social, a suspensão do transporte fluvial de passageiros (Decreto Estadual nº 42.087/2020), sem contar que os municípios adotaram critérios próprios sobre a entrada e saída das pessoas. Para algumas pessoas, as separações impostas pelas condições sanitárias, aliaram-se às econômicas e sociais, como é o caso da Jurema que precisou entregar seu filho aos cuidados de sua mãe: *"Deixei meu filho com a minha mãe, não fiquei lá na pandemia. Tudo é mais difícil para quem vem do interior. Chega aqui na universidade, não tem cota, né? A quilombola não tem cota. É muito difícil a questão financeira"* (Jurema). A interlocutora traz o sofrimento ético-político vivenciado afetivamente, pela separação da família e pela dificuldade financeira de ser uma mulher reterritorializada no ensino superior.

Recentemente, a Lei 12.711/2012, foi reformulada e incluiu quilombolas nas políticas de acesso, assim como para pessoas negras, indígenas e com deficiência, ainda assim temos pontuado o quanto a Universidade precisa avançar nas políticas de acesso e permanência, construindo possibilidades de saúde. De acordo com Sawaia (2014), a dialética exclusão/inclusão, relacionada à inclusão perversa, caracteriza a barbárie social que inclui os pobres e ao mesmo tempo que desenvolve a intolerância aos que ocupam o lugar, essas artimanhas refletem nas experiências dos corpos-territórios ao acessarem à universidade. As questões sociais, mesmo fora de um contexto epidêmico, carregam interseccionalidades que agravam as desigualdades. Observando as narrativas das interlocutoras em um período marcado por múltiplas faces da desigualdade, fica mais perceptível como essas intersecções intensificam o sofrimento psíquico e geram sentimentos de impotência e fracasso acadêmico.

De modo que, a amazônida reterritorializada também expressa: *"A pandemia trouxe aquele medo e desespero de ver monte de gente morrendo. Eu pensava nos meus pais e filhos, aquela preocupação ficava constante. Eu pensei em desistir de tudo e eu não sabia de onde vinha essa vontade, não sabia de onde vinha esse momento assim de desespero, de fraqueza"* (Tainá). Conforme expressado anteriormente, a Covid-19 foi consonante com a lógica hegemônica que reforça as desigualdades, pelas mortes, explorações, sofrimentos e medos, condicionantes que transpassaram fortemente os corpos-territórios das mulheres reterritorializadas no presente estudo.

A pandemia serviu como um laboratório da morte, expondo todas as mazelas sociais de um governo negacionista. Pensando no contexto geral da sociedade brasileira e observando as narrativas das interlocutoras, as dificuldades de manter a vida acadêmica foram além do aprendizado e da presença no ambiente acadêmico, que na época era restrito ou até mesmo proibido. Estar em casa e estudar exigia um esforço maior, seja pelo uso da

tecnologia ou pelas relações interpessoais, que envolviam obrigações domésticas, o tempo de estudo, os cuidados consigo mesmas e com os outros, além de processos pessoais de adoecimento. Tudo isso também faz parte de suas narrativas.

4. "Mas por que tu pensa em desistir?".

Os relatos das interlocutoras denunciam o quanto as universidades se constituem como ambiente excludente, patriarcal, hierárquico e violento, cujas raízes profundas ainda germinam em seus alicerces (Coimbra, 2024), e apresentamos o termo "violência acadêmica" como um grito de denúncia. Um clamor contra as práticas abusivas, tão naturalizadas ao longo da história, que continuam a se reproduzir nos corredores do saber. A violência, muitas vezes invisível, se arrasta pelos espaços acadêmicos, moldando e silenciando, deixando marcas indeléveis nos corpos-territórios que buscam, no conhecimento, uma liberdade de ser e existir, de considerar seus saberes, como algo que lhes são negados.

As narrativas de Araci nos indicam como continuou: *"o ensino que recebi dentro da comunidade é diferente de uma universidade, complicado e dificultoso, não fazia sentido o conteúdo explicado. A gente ia, mas não entrava na cabeça. Não fazia sentido o conteúdo e surge a reprovação de disciplinas. Depois que vieram professores que já trabalharam com alunos indígenas, já compreendem um pouco os alunos indígenas.*" Também a Tainá disse: *"eu não estava acostumada, não entendia o que os professores falavam porque é diferente o sotaque daqui pros de lá do interior e eu não entendia me sentia assim muito, muito burra, muita diferença também de ensino, de lá do interior pra cá é diferente".* Bell hooks (2013) defendeu uma pedagogia que reconheça e respeite as múltiplas identidades de estudantes, e a proposta interseccional acolhe as diferenças e possibilita a conexão com as suas próprias histórias, identidades e experiências. Se estes não conseguem se ver refletidos, é por que o aprendizado é fragmentado e alienante. Não só isso, os corpos-territórios das interlocutoras sentem na pele a violência epistêmica.

A violência epistêmica se insinua como um fio invisível, tecendo suas tramas no coração da instituição, tal como o vento que, embora inaudível, molda a paisagem. Parte dos processos coloniais que forjaram as estruturas modernas, a universidade não se desvencilhou dessa herança, tornando-se um reduto onde a autoridade se disfarça de sabedoria, perpetuando autoritarismos disfarçados de razão, como sombras que se alongam no caminho

do aprendizado, conforme contribuíram Mignolo e Walsh (2018). Essa assimetria do conhecimento que denuncia a ausência dos letramentos étnico-raciais, e atrela-se a ausência de professores negros, indígenas e quilombolas nos espaços das universidades, revelando a necessidade urgente de não apenas incluir, mas garantir por meio de mudanças profundas, em nível institucional e social, que tal modelo não continue sendo reproduzido.

Além da violência epistêmica, as interlocutoras experienciam as dificuldades de situação de moradia, transporte, alimentação, materiais de estudo, etc. Esses desafios nos primeiros períodos do curso são vivenciados com sofrimento psíquico e ético-político, que desvelam a inclusão perversa enfrentada por esses corpos-território, como Araci expressou: *"A dificuldade é bem dura. Se eu não estiver preparada, eu posso entrar em depressão e ansiedade. Caminhava sozinha e sem dinheiro pra faculdade, pensava em desistir, mas tenho que concluir minha faculdade".* Também a Jurema*: "A gente chega de lá, não tem um recurso financeiro, é o que mais me desmotivou, eu falo, mas por que tu vai desistir? É a questão financeira, dificuldade pra apostilas, as coisas pessoais pra se manter mesmo, sabe? Na cidade tudo precisa de dinheiro*". Ela continuou*: "primeiro período foi bem difícil encontrar uma kitnet próxima, porque eu não tinha transporte, eu vinha andando, foi bem difícil a questão de eu não ter transporte, de eu não ter toda a mobília onde eu morava, mas consegui depois consegui uma bicicleta".*

Coimbra (2024) representou a violência acadêmica, destacando a desigualdade no ingresso e permanência na universidade, marcada pelas interseccionalidades (gênero, classe, raça, e outras); a cultura produtivista, que impõe uma pressão exacerbada pela produção de trabalhos acadêmicos em prazos curtos; a negação de direitos aos trabalhadores-discentes da pós-graduação, como a ampliação dos direitos das mulheres-mães na academia e a inclusão dos pós-graduandos na legislação previdenciária; relações abusivas de poder, expressas em práticas de assédio moral, assédio sexual, sexismo e racismo; e o esgotamento e adoecimento físico e psíquico de docentes e discentes.

A universidade ainda tem dificuldades em garantir a permanência para todas as pessoas que precisam, são insuficientes as quantidades de vagas para os auxílios de permanência estudantil (custeios econômicos). Em relação aos amazônidas, Lemos já denunciou que o acesso também se configura como *inclusão perversa* (Sawaia, 2001), devido aos critérios dos editais, de modo que as inserções reproduzem práticas sutis de exclusão social (Sawaia, 2001). Nem todas as famílias possuem condições de custear financeiramente as estudantes durante sua formação. Para as interlocutoras, apenas uma

contou com a ajuda, e ainda assim ela teve insegurança alimentar: *"Meu pai mandava uma pouca quantia pra comprar, a faculdade não tinha refeitório nem restaurante universitário. E eu vindo do interior, né? Meus pais não ganhavam aquelas coisas, nem sempre a gente almoçou, deitava ali pelo corredor da faculdade pra dar uma descansada e voltava pra aula e ver se ficar até a noite"* (Tainá).

O sofrimento é intensificado para quem é mulher amazônida, reterritorializada, universitária e mãe, as universidades não dispõem de condições de apoio e aprendizagem, é necessário que as políticas públicas avancem nesse sentido. Irani relatou *"Se fossem outras pessoas, já teriam desistido mesmo. Porque não é fácil você estar numa faculdade, ter um filho, se manter com despesas e não contar com a ajuda de ninguém* (Irani). Também Jaci *"Porque é muito difícil a mulher estudar quando tem filho pequeno, meu marido não era assim muito presente. Ficava sempre a responsabilidade para mim, eu tinha que dar conta de tudo, da casa, dos filhos e, às vezes, dele também".*

Todos esses aspectos configuram no sofrimento ético-político, que vigora no adoecimento psíquico das interlocutoras. É inconcebível separar as violências que elas atravessaram, e ainda sentem em seus corpos-territórios e pensar em desistir é uma possibilidade para essas mulheres: *"eu desenvolvi depressão e ansiedade, mas, antes, eu já vinha sofrendo essas coisas, né"* (Jucimara). Na trajetória de Tupi, por exemplo, o adoecimento na saúde mental mediante o sofrimento ético-político manifestou-se diante das pressões exercidas no ambiente acadêmico: *"Eu tive uma crise de pânico, não consegui manter uma linha cronológica dos fatos da minha vida"* expressou Tupi. Para Irani, *"foi o que mexeu muito comigo, pensei em desistir".* Assim sendo, a pandemia descortinou "emergências em emergências", e principalmente as mulheres reterritorializadas, racializadas, foram as mais impactadas pelo sofrimento e adoecimento psíquico, manifestados durante a trajetória de escolarização, e embora a universidade também tenha reforçado essa violência, as possibilidades que elas conseguiram acessar de direitos básicos nortearam o futuro tão presente de resistências e lutas.

5. "A universidade apenas abre nortes".

Partindo das lutas dos movimentos sociais pela democratização desse nível de ensino, a política de Ação Afirmativa de acesso, como a Lei 12.711/2012, se constitui como mecanismo político, pensado para o combate à discriminação vivenciada por diversos grupos

sociais, tais como mulheres, indígenas, a população negra e pessoas com deficiências, que resultaram em processos de exclusão e marginalização nos mais diversos setores da vida nacional, inclusive na educação (Jesus, 2020). Portanto, emergem de uma jornada de resistência, em busca de reconhecimento e valorização, e reparações para os grupos historicamente marginalizados, tecidos por complexidade e pluralidade, nos quais a fragmentação e a desigualdade social desenham um cenário desafiador presente nas narrativas das interlocutoras desse estudo.

Diante do dilema de não somente garantir o acesso, mas a permanência das estudantes no ensino superior, foi perceptível que democratizar o ensino é também construir estratégias que permitam o desenvolvimento de uma trajetória acadêmica bem-sucedida (Lemos, 2022). A estratégia pensada economicamente, são os programas de auxílios acadêmicos, moradia e digital (que dispõe de bolsas para custear a moradia, e materiais de estudo). As interlocutoras pontuaram como o acesso a esses auxílios foram fundamentais para cursarem o Ensino Superior. Conforme ressaltou Lacerda e Valentini (2018), o não ingresso na moradia estudantil interfere no trancamento e abandono do curso, principalmente para negras (pardas). Nas diversas falas, elas expressaram o alívio da possibilidade de permanência no ensino superior: *"Eu consegui auxílio graças a Deus para me manter lá dentro"* (Tainá). *"Tive muitos desafios, logo no início eu não tinha notebook para fazer os meus trabalhos e os professores exigiam, e, com a ajuda dos colegas, eu consegui, depois veio o auxílio de inclusão digital, comprei o meu notebook"* (Irani). *"a gente conseguiu a casa do estudante para morar"* (Orion).

Além dos auxílios, as atividades de extensão universitárias que dispunham de bolsas, foram construindo sentidos nas trajetórias de escolarização delas: *"Eu comecei a fazer o PIBID*[1] *quando abriu vaga, me inscrevi e passei, consegui uma estabilidade melhor"* (Jurema). "*E nisso eu comecei a fazer o comecei a fazer o Pibex. Foi onde tudo começou a melhorar pra mim, gostei de escrever; a universidade está me proporcionando a possibilidade de escrever uma história diferente* (Tupi). *"Consegui a bolsa do PIBID. Foi quando melhorou mais, eu falei assim, não, agora eu vou morar ou morar alugado"* (Tainá).

De modo que essas possibilidades, para elas, foram insurgentes, pois as políticas públicas de permanência e assistência estudantil no ensino superior desempenham um papel fundamental na promoção da equidade e no acesso à educação superior. Programas como

[1] PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência), iniciativa do Ministério de Educação para valorizar a formação de professores para a educação básica.

bolsas de estudo, restaurantes universitários e moradias estudantis não apenas reduzem as barreiras econômicas enfrentadas por estudantes de baixa renda, mas também criam condições para que permaneçam e tenham sucesso em suas trajetórias acadêmicas. Essas iniciativas são cruciais para a democratização do ensino superior, garantindo que talentos provenientes de diferentes contextos socioeconômicos possam contribuir para o desenvolvimento científico, social e cultural do país.

Além disso, ao fortalecer a inclusão e a permanência, essas políticas ajudam a reduzir desigualdades históricas e a promover uma sociedade mais justa e igualitária (Sousa e Soares, 2024). Sem os acessos (à moradia, alimentação, material de estudo), bem como as bolsas de pesquisa, extensão e intercâmbio, dificilmente as interlocutoras conseguiriam permanecer estudando. Apesar de ainda não serem suficientes, essas políticas demarcam um avanço, e esperançar freireano de futuro, como verbalizado por Yuna: *"eu passei para o PIBIC, e faço projeto de extensão também. Eu estava em vários projetos. Inclusive, um era do pessoal que veio fazer um intercâmbio"*. Pensar o processo de escolarização envolve considerar as necessidades e demandas que universitários migrantes apresentam, e os auxílios contribuíram significativamente para os estudos. Para as estudantes amazônidas, um dos diversos aspectos provocados pelas distâncias entre comunidades e campi, característica da região amazônica é a migração que traz desafios relacionados à renda, segurança, moradia, alimentação, transporte, apoio de familiares, pares, professores e instituições que influenciam a permanência das estudantes (Resende et al, 2022). Quando elas expandem suas possibilidades socioeconômicas, atendem às suas necessidades básicas e conseguem continuar estudando.

Diante dos muitos desafios vivenciados, as resistências repercutem no modo como meninas e mulheres começam e continuam através das lutas, engajando-se nos movimentos estudantis como compromisso ético-político: *"a gente tem o movimento dos estudantes, né? Sempre quando tem mobilização mundial do estudante, a gente se mobiliza nas greves e reivindica recursos",* disse Tupi. Nas idas e vindas dos corpos-territórios das mulheres amazônidas que enfrentaram diversos desafios, problemáticas e violências, também emergem estratégias de resistências nas trajetórias de escolarização. As narrativas dessas mulheres destacam-se para além das vivências de dor e sofrimentos, ao apontar um norte e descortinar caminhos possíveis, viabilizando trajetórias de escolarização alimentadas por sonhos coletivos.

Considerações finais

A análise do sofrimento ético-político vivenciado por mulheres amazônidas reterritorializadas revela a urgência de uma abordagem ecofeminista que reconheça a interdependência entre os corpos, a terra e as relações sociais. Essas mulheres, em sua busca por acesso à educação, desconstroem narrativas de opressão e criam espaços de resistência, nos quais suas experiências e saberes ancestrais são valorizados.

O corpo-território emerge como um símbolo de resistência, no qual a força coletiva se manifesta na luta contra as desigualdades estruturais, as violências de gênero e a precarização de suas vidas. Nesse contexto, torna-se imperativo que as instituições de ensino superior adotem práticas decoloniais que não apenas acolham, mas também celebrem a diversidade e a pluralidade de saberes.

Essas trajetórias de escolarização são marcadas por desafios impostos por interseccionalidades que incidem nas vivências do sofrimento psíquico e ético-político na universidade. Tais desafios incluem dificuldades de acesso a direitos básicos (moradia, alimentação, transporte, materiais de estudo, internet) e o enfrentamento de violências de gênero e do racismo epistêmico, além do adoecimento psíquico. Esses fatores evidenciam a importância das políticas socioassistenciais para garantir a continuidade da escolarização no ensino superior.

A saúde mental, vista sob uma perspectiva ampliada, deve ser entendida como um bem interligado ao cuidado com a terra e as comunidades, e precisa ser uma prioridade nas políticas públicas. Esse cuidado deve ser considerado inseparável dos ideais de educação, promovendo não apenas inclusão, mas uma verdadeira emancipação dessas mulheres.

A luta por justiça social e ambiental deve caminhar lado a lado, reforçando que a transformação das realidades amazônidas depende do reconhecimento e valorização das vozes e vivências dessas mulheres. Com coragem e determinação, é preciso seguir trilhando caminhos em busca de um futuro mais justo e igualitário, pautado pela reexistência e pela construção de novas possibilidades para si mesmas e suas comunidades.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019.

ALBANAES, Patrícia. ***Qualidade das vivências acadêmicas percebidas por estudantes cotistas na Universidade Federal de Santa Catarina***. 2019. Dissertação (Mestrado em

Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ALVES, C.B. **Narrativas Maternas durante a Pandemia de covid-19: crise do cuidado e sobrecarga**. P.50 – 67. In: BARBATO, S., *et al* (Orgs.) Narrativas de Mulheres na educação e na vida: transições e desafios. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, Manaus: EDUA, 2023.

ALVES, M.K.R.; ALBUQUERQUE, D.S.; RESENDE, G.C. **As jornadas femininas e a universidade: narrativas de conciliação e projetos de futuro**. In: BARBATO, S.;*et al*. (orgs.). *Narrativas de mulheres na educação e na vida*. Manaus, AM: Edua, 2023. Alexa Cultural, Embu das Artes, SP, 2023.

ANDRADE, Alexandra Nascimento de; VILAÇA, Argicely Leda de Azevedo; NEGRÃO, Felipe da Costa. **O ensino remoto emergencial no Amazonas nas lentes dos professores: inclusão ou exclusão?** In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 2021, Maceió. Anais [...]. João Pessoa: Editora Realize, 2022. ISSN 2358-8829. Disponível em: https://editorarealize.com.br. Acesso em: 21 nov. 2024.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação.** *Psicologia para América Latina*, n. 14, México, out. 2008. Disponível em: http://www.psicolatina.org. Acesso em: [data de acesso].

BARBOSA, Vilkiane Natercia Malherme; MOURA JÚNIOR, James Ferreira. **Intersecções entre gênero, raça e pobreza na vida de mulheres no Nordeste do Brasil.** *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 21, ed. Esp., Rio de Janeiro, 2021. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2021.64031.

BARRETO, Andreia. **A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade**. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, v. 6, p. 5-46, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COIMBRA, K. E. R. Precisamos falar sobre violência acadêmica: a universidade como lócus de reprodução de violências coloniais. ***Revista Inter-Ação***, Goiânia, v. 49, n. 2, p.

1098–1112, 2024. DOI: 10.5216/ia.v49i2.79002. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/79002. Acesso em: 21 nov. 2024.

COUTO-OLIVEIRA, Verusca. **Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência**. 2007. 274 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Coradin, C., & Oliveira, S. S. (2024). Contribuições do conceito de corpo território e dos feminismos comunitários para pensarmos na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis. **Saúde Em Debate**, *48* (especial 1 ago), e8731. Recuperado de https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/8731

CORADIN, Cristiane; OLIVEIRA, Simone; GUEVARA, Maria de los Angeles Arias. Corpos-territórios e interseccionalidades: contribuições para uma vigilância popular em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 7, jul. 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232024297.03212024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. The University of Chicago Legal Forum, n. 140, 1989, pp.139-167.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n° 1/2002, pp. 171-188.

BRASIL. Decreto nº 42.087, de 19 de março de 2020. Dispõe sobre a suspensão das aulas da rede pública estadual de ensino, em todos os municípios do Estado do Amazonas, bem como das atividades das academias de ginástica e similares, e do transporte fluvial de passageiros em embarcações, à exceção dos casos de emergência e urgência, na forma que especifica. Disponível em: https://www.defesacivil.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto-42.087-de-19-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf

DELEUZE, G. **O abecedário de Gilles Deleuze.** 1989. Disponível em: http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf.

FERNANDES, Saulo Luders; ZAKABI, Denise; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. Humilhação social e contextos rurais: discussões a partir de pesquisas em três comunidades rurais. **Psicologia Política**, v. 16, n. 37, p. 287-303, set./dez. 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2016000300004&lng=es&nrm=iso&tlng=pt

FLOSS, Mayara et al. A pandemia de COVID-19 em áreas rurais e remotas: a visão de médicos de família e comunidade na atenção primária à saúde. Cad. Saúde Pública, [S. l.], v. 36, n. 7, p. 1-5, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00108920

GAMA, Abel Santiago Muri; FERNANDES, Tiótrefis Gomes; PARENTE, Rosana Cristina Pereira; SECOLI, Silvia Regina. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00002817.

GHIZZO, Márcio Roberto; MENDES ROCHA, Márcio. Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas Ciências Humanas. **Espaço Plural**, vol. IX, núm. 18, enero-junio, 2008, pp. 101-110. Universidade Estadual do Oeste do Paraná Marechal Cândido Rondon, Brasil. Disponível em:https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944360010.pdf

GOES, Emanuelle Freitas; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 571-579, out./dez. 2013.

GONZALEZ, Lélia. 1988. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flávia Rios, Márcia Lima. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. ***GEOgraphia*,** v. 22, n. 48, p. 1-24, 2020. DOI: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu,** [S. l.], n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017. 283 p.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução: Rainer Patriota. 1. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JESUS, M. S. **Política de cotas e democratização do ensino superior: desdobramentos na Universidade Federal do Amazonas**. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

KAFROUNI, R. S.; DOMINGUES, R. C.; ANTUNES, A. P. L. **Dificuldades acadêmicas na universidade: análise das queixas relatadas por estudantes**. In: FARIA, P. M. F.; DENISE, C.; VENÂNCIO, A. C. (Orgs.). *Vigotski no Ensino Superior: concepção e práticas de inclusão*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

KNUDSEN, S. (2006**). Intersectionality – A Theoretical Inspiration in the Analysis of Minority Cultures and Identities in Textbooks.** Retrieved on July 12, 2009 from http://www.caen.iufm.fr/colloque_iartem/pdf/knudsen.pdf.

LEITE, Irlanda Pantoja. **Gênero, espacialidade e sustentabilidade: as mulheres chefes de família do Parque Residencial Manaus – Prosamim**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

LEMOS, C. T. **Migração nos "caminhos de rios": juventude, resistência e formação universitária na região amazônica**. 2021. 89 f. Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013.

MELLO, Christiane Alves Byron de. **Desafios no trabalho da assessoria pedagógica do ensino médio presencial com mediação tecnológica do Amazonas.** 2017. 146 f.

Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

MENDONÇA, Adriana Lo Presti; MAMED, Danielle de Ouro; ALMEIDA, Roger Luiz Paz de. Hipervulnerabilidade e interseccionalidades: uma análise sobre a violência contra a mulher na Amazônia. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas Pouso Alegre**, v. 38, n. 2, pp. 173-192, jul./dez. 2022. Disponível em: *https://revista.fdsm.edu.br/index.php/revistafdsm/article/view/389/486*

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, n. 1 v. 1, pp. 12-32, 2017b.

MIGNOLO, Walter e WALSH, Catherine. **On Decoloniality. Concepts, Analytics, Praxis**. Durham and London: Duke University Press, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MUGNATTO, S.; SEABRA, R. **Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social.** 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/temas/direitos-humanos.

NASCIMENTO, W. F., ZANELLO, V. **Uma história do silêncio sobre gênero e loucura – parte I: sobre o que não se fala em uma arqueologia do silêncio: as mulheres em História da Loucura.** In Zanello, V & Andrade, A. P. M. (Orgs.). Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade. Curitiba: Appris, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi; MELO, Marina Félix de; RODRIGUES, Quemuel Baruque de; PEQUENO, Mayres. Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. **Configurações,** n. 26, p. 75-93, 2020. DOI: https://doi.org/10.4000/configuracoes.11979.

ONU MULHERES. **Mulheres e meninas devem estar no centro da recuperação da COVID-19, diz chefe da ONU.** 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-e-meninas-devem-estar-no-centro-da-recuperacao-da-covid-19-diz-chefe-da-onu/.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Pandemia de COVID-19 afetou mulheres desproporcionalmente nas Américas** (2022). Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas.

PÁNEZ PINTO, Alexandre. 2018. "Território Hídrico na América Latina: Contribuições da análise de estudos sobre conflitos hídricos no Chile". **Revista Rupturas**, dezembro, 193-217. DOI: https://doi.org/10.22458/ rr.v8i1.1978

PASSOS DA SILVA, J. L.; FERREIRA, B. de O.; SOUSA, A. de L.; SILVA, I. R. da. O sofrimento ético-político e as resistências de ser mulher amazônida: uma narrativa de vida durante a trajetória no ensino superior. **Diversidade e Educação**, v. 12, n. 1, p. 672-696, 2024. DOI: https://doi.org/10.14295/de.v12i1.17403.

PASTORELLI, Simone de Oliveira Santos; VIANA, Cintia Teixeira de Sousa; BENINCASA, Miria Gomes; ROSSI, Valquíria Aparecida. A sobrecarga de mães trabalhadoras durante o isolamento social da pandemia da COVID-19. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 5, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N5-149. ISSN 2447-0961

PEREIRA, A. dos S.; SILVA, I. R. da. História de vida e feminismos na Amazônia: um estudo de caso. **Educar em Revista**, v. 39, p. e87346, 2023.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós, 2017.

QUEIROZ, Rafaele Cristina de Souza. **Escrevivências de corpos racializados com a assistência médica em Careiro/AM e Manaus/AM.** 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

RESENDE, G.C.; FERREIRA, I.; SILVA, I.; BARBATO, S. Desafios para a permanência no ensino superior na Amazônia e os significados de trajetórias estudantis. **Revista Psicologia, Educação e Cultura**, v. 23, n. 6, 2022.

SALINO, Alessandra Valle; RIBEIRO, Glaucia Maria de Araújo. Análise da oferta de hospitais e leitos hospitalares no estado do Amazonas ante a pandemia da Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 47, n. 136, jan.-mar. 2023. Disponível em: https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/7673

SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SANTOS, Fabiane Vinente dos; FERREIRA, Maria Assunta Pedrosa. O corpo-território: feminismos decoloniais, saúde e estratégias dos movimentos de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 30-44, jan./abr. 2022.

SAWAIA, B.B. **Exclusão ou inclusão perversa**. In: Sawaia, B.B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade (p.7-15). Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Sander José Couto da; SILVEIRA, Suely de F. Ramos; SANTOS, Nálbia de Araújo. **Ensino presencial com mediação tecnológica no estado do Amazonas.** In: XI ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (XI EBAP), 2024, Brasília-DF. Anais [...]. Brasília: XI EBAP, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381116447_Ensino_Presencial_com_Mediacao_Tecnologica_no_Estado_do_Amazonas

SMOLEN, Jenny Rose; ARAÚJO, Edna Maria de. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, 2017.

SOUSA, Laiana Paula Severo de; SOARES, Maria Elias. **Políticas de permanência estudantil no ensino superior: a importância do programa restaurante universitário**. *SciELO Preprints*, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10208.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 177, p. 228-249, jul./set. 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/198053147491.

VERGÈS, Françoise**. Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. TOMO I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

ZANELLO, V.; SILVA, R. M. Saúde Mental, Gênero e Violência Estrutural. **Revista Bioética** [impressa], v. 22, n. 2, p. 267-279, 2012.

REFERÊNCIAS

ABREU, T. I. **Trabalhadores Escravos na Província do Amazonas**. In: XXVI simpósio nacional da ANPUH – Associação Nacional de História, 1., 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo. 2011.

AGUIAR, W. M. J. DE .; ARANHA, E. M. G.; SOARES, J. R.. NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO: ANÁLISE DIALÉTICA DAS SIGNIFICAÇÕES PRODUZIDAS EM GRUPO. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e07305, 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019.

ALBANAES, Patrícia. ***Qualidade das vivências acadêmicas percebidas por estudantes cotistas na Universidade Federal de Santa Catarina***. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ALVES, C.B. **Narrativas Maternas durante a Pandemia de covid-19: crise do cuidado e sobrecarga**. p.50 - 67. In: BARBATO, S., *et al* (Orgs.) Narrativas de Mulheres na educação e na vida: transições e desafios. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, Manaus: EDUA, 2023.

ALVES, M.K.R.; ALBUQUERQUE, D.S.; RESENDE, G.C. **As jornadas femininas e a universidade: narrativas de conciliação e projetos de futuro**. In: BARBATO, S.;*et al*. (orgs.). *Narrativas de mulheres na educação e na vida*. Manaus, AM: Edua, 2023. Alexa Cultural, Embu das Artes, SP, 2023.

ANDRADE, Alexandra Nascimento de; VILAÇA, Argicely Leda de Azevedo; NEGRÃO, Felipe da Costa. **O ensino remoto emergencial no Amazonas nas lentes dos professores: inclusão ou exclusão?** In: VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU),

2021, Maceió. Anais [...]. João Pessoa: Editora Realize, 2022. ISSN 2358-8829. Disponível em: https://editorarealize.com.br. Acesso em: 21 nov. 2024.

ANDRADE, A. O. Migração para Manaus e seus reflexos socioambientais. **Somanlu**. N.2, jul/dez. 2012. Disponível em: https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/viewFile/443/274

ANDRADE, A. O., MARTINS, A. C. L.; MEDEIROS, M.X. **Violência estrutural de gênero no Amazonas: análise a partir das experiências da comunidade acadêmica**. In: BARROSO, M. F. (org). Violência contra as mulheres nas universidades. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2021, p. 103-119.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação.** *Psicologia para América Latina*, n. 14, México, out. 2008. Disponível em: http://www.psicolatina.org. Acesso em: 20.nov.2024.

ARAÚJO, W. R. M. **Das margens dos rios à margem da sociedade: trajetórias de mulheres saterémawé no trabalho doméstico em Manaus (AM)**. Manaus, AM : UFAM, 142 f. 2010.

BARBATO, Silviane; ALVES, Priscila Pires; DE OLIVEIRA, Valéria Marques. Narrativas e dialogia em estudos qualitativos sobre a produção de si. **Revista Valore**, v. 5, p. 22-36, 2020.

BARBOSA, K. MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA AMAZÔNIA: O CASO DAS RESERVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL AMANÃ E MAMIRAUÁ NO MÉDIO SOLIMÕES. In: Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana – **XVI SIMPURB**. 2019.

BARBOSA, Vilkiane Natercia Malherme; MOURA JÚNIOR, James Ferreira. **Intersecções entre gênero, raça e pobreza na vida de mulheres no Nordeste do Brasil.** *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 21, ed. esp., Rio de Janeiro, 2021. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2021.64031.

BARRETO, Andreia. **A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade**. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, v. 6, p. 5-46, 2014.

BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

BOMFIM, Zulmira. **Cidade e Afetividade**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BRASIL. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf Acesso em: 26 mai. 2024.

BUTLER, Judith. 2019. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Trad. Lieber, Andreas. Belo Horizonte: Autêntica. 189 pp. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 271-289.

CIAMPA, A. C. A **Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasilien, 1983.

COIMBRA, K. E. R. Precisamos falar sobre violência acadêmica: a universidade como lócus de reprodução de violências coloniais. ***Revista Inter-Ação***, Goiânia, v. 49, n. 2, p. 1098–1112, 2024. DOI: 10.5216/ia.v49i2.79002. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/79002. Acesso em: 21 nov. 2024.

COLLINS, P.H. **Intersectionality as critical social theory**. Durham: Duke University Press. 376 p. 2019. Disponível em: https://www.dukeupress.edu/intersectionality-as-critical-social-theory

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2021. Disponível em:

https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf. Acesso em: 21 mai. 2024.

CORADIN, C., & Oliveira, S. S. (2024). Contribuições do conceito de corpo território e dos feminismos comunitários para pensarmos na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis. **Saúde Em Debate**, *48* (especial 1 ago), e8731. Recuperado de https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/8731

CORADIN, Cristiane; OLIVEIRA, Simone; GUEVARA, Maria de los Angeles Arias. Corpos-territórios e interseccionalidades: contribuições para uma vigilância popular em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 7, jul. 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232024297.03212024.

COUTO-OLIVEIRA, Verusca. **Vida de mulher: gênero, pobreza, saúde mental e resiliência**. 2007. 274 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. The University of Chicago Legal Forum, n. 140, 1989, pp.139-167.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n° 1/2002, pp. 171-188.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. Decreto nº 42.087, de 19 de março de 2020. Dispõe sobre a suspensão das aulas da rede pública estadual de ensino, em todos os municípios do Estado do Amazonas, bem como das atividades das academias de ginástica e similares, e do transporte fluvial de passageiros em embarcações, à exceção dos casos de emergência e urgência, na forma que especifica. Disponível em: https://www.defesacivil.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Decreto-42.087-de-19-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf

DELEUZE, G. **O abecedário de Gilles Deleuze.** 1989. Disponível em: http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf.

FERNANDES, Saulo Luders; ZAKABI, Denise; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguilar. Humilhação social e contextos rurais: discussões a partir de pesquisas em três comunidades rurais. **Psicologia Política**, v. 16, n. 37, p. 287-303, set./dez. 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2016000300004&lng=es&nrm=iso&tlng=pt

FLOSS, Mayara et al. A pandemia de COVID-19 em áreas rurais e remotas: a visão de médicos de família e comunidade na atenção primária à saúde. **Cad. Saúde Pública**, [S. l.], v. 36, n. 7, p. 1-5, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00108920

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** 2. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FORUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 42ª ed. 2005.

GAMA, Abel Santiago Muri; FERNANDES, Tiótrefis Gomes; PARENTE, Rosana Cristina Pereira; SECOLI, Silvia Regina. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00002817.

GHIZZO, Márcio Roberto; MENDES ROCHA, Márcio. Contextualização dos estudos de mobilidade da população nas Ciências Humanas. **Espaço Plural**, vol. IX, núm. 18, enero-junio, 2008, pp. 101-110. Universidade Estadual do Oeste do Paraná Marechal Cândido Rondon, Brasil. Disponível em:https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944360010.pdf

GOES, Emanuelle Freitas; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 571-579, out./dez. 2013.

GONZALEZ, Lélia. 1988. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização: Flávia Rios, Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. ***GEOgraphia*,** v. 22, n. 48, p. 1-24, 2020. DOI: https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu,** [S. l.], n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773

HOOKS, B. **Love as the practice of freedom**. In: Outlaw Culture. Resisting Representations. Nova Iorque: Routledge, p. 243-250. Tradução para uso didático por Wanderson Flor do Nascimento. 2006.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017. 283 p.

HOOKS, B. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Tradução: Rainer Patriota. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Instituto Avon. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015.

JESUS, M. S. **Política de cotas e democratização do ensino superior: desdobramentos na Universidade Federal do Amazonas**. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

KAFROUNI, R. S.; DOMINGUES, R. C.; ANTUNES, A. P. L. **Dificuldades acadêmicas na universidade: análise das queixas relatadas por estudantes**. In: FARIA, P. M. F.; DENISE, C.; VENÂNCIO, A. C. (Orgs.). *Vigotski no Ensino Superior: concepção e práticas de inclusão*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

KNUDSEN, S. (2006**). Intersectionality - A Theoretical Inspiration in the Analysis of Minority Cultures and Identities in Textbooks.** Retrieved on July 12, 2009 from http://www.caen.iufm.fr/colloque_iartem/pdf/knudsen.pdf.

LEITE, Irlanda Pantoja. **Gênero, espacialidade e sustentabilidade: as mulheres chefes de família do Parque Residencial Manaus – Prosamim**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

LEMOS, C. T. **Migração nos "caminhos de rios": juventude, resistência e formação universitária na região amazônica**. 2021. 89 f. Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, dez. 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013.

MACEDO, Liliane de Fátima Dias. GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 600–609, 2023.

MARANGONI, Vívian Silva Lima; DINIZ, Glaucia Ribeiro Starling; NEVES, André Luiz Machado das; PONTES, Munique Therense Costa de Morais; MARTINS, Gizelly de Carvalho. PANORAMA DAS CONDIÇÕES FEMININAS NO AMAZONAS: DO PERÍODO COLONIAL AO SÉCULO XX. **Interfaces Científicas – Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 21–32, 2017.

MEDEIROS, Lidiane Tavares et al . MORTALIDADE MATERNA NO ESTADO DO AMAZONAS: ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO. **Rev. Baiana enferm.**, Salvador , v. 32, e26623, 2018 .

MELLO, Christiane Alves Byron de. **Desafios no trabalho da assessoria pedagógica do ensino médio presencial com mediação tecnológica do Amazonas.** 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

MENDONÇA, Adriana Lo Presti; MAMED, Danielle de Ouro; ALMEIDA, Roger Luiz Paz de. Hipervulnerabilidade e interseccionalidades: uma análise sobre a violência contra a

mulher na Amazônia. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas Pouso Alegre**, v. 38, n. 2, pp. 173-192, jul./dez. 2022. Disponível em: *https://revista.fdsm.edu.br/index.php/revistafdsm/article/view/389/486*

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, n. 1 v. 1, pp. 12-32, 2017b.

MIGNOLO, Walter e WALSH, Catherine. **On Decoloniality. Concepts, Analytics, Praxis**. Durham and London: Duke University Press, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MUGNATTO, S.; SEABRA, R. **Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social.** 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/temas/direitos-humanos.

NASCIMENTO, W. F., ZANELLO, V. **Uma história do silêncio sobre gênero e loucura – parte I: sobre o que não se fala em uma arqueologia do silêncio: as mulheres em História da Loucura.** In Zanello, V & Andrade, A. P. M. (Orgs.). Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade. Curitiba: Appris, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi; MELO, Marina Félix de; RODRIGUES, Quemuel Baruque de; PEQUENO, Mayres. Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. **Configurações,** n. 26, p. 75-93, 2020. DOI: https://doi.org/10.4000/configuracoes.11979.

OLIVEIRA, R.A. **Saúde Mental de estudantes universitários**: fatores associados aos transtornos mentais comuns durante a vivência acadêmica. Salvador, 241 p. 2022.

ONU MULHERES. **Mulheres e meninas devem estar no centro da recuperação da COVID-19, diz chefe da ONU.** 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-e-meninas-devem-estar-no-centro-da-recuperacao-da-covid-19-diz-chefe-da-onu/.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Pandemia de COVID-19 afetou mulheres desproporcionalmente nas Américas** (2022). Disponível em:

https://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas.

PÁNEZ PINTO, Alexandre. 2018. "Território Hídrico na América Latina: Contribuições da análise de estudos sobre conflitos hídricos no Chile". **Revista Rupturas**, dezembro, 193-217. DOI: https://doi.org/10.22458/ rr.v8i1.1978

PASSOS DA SILVA, J. L.; FERREIRA, B. de O.; SOUSA, A. de L.; SILVA, I. R. da. O sofrimento ético-político e as resistências de ser mulher amazônida: uma narrativa de vida durante a trajetória no ensino superior. **Diversidade e Educação**, v. 12, n. 1, p. 672-696, 2024. DOI: https://doi.org/10.14295/de.v12i1.17403.

PASTORELLI, Simone de Oliveira Santos; VIANA, Cintia Teixeira de Sousa; BENINCASA, Miria Gomes; ROSSI, Valquíria Aparecida. A sobrecarga de mães trabalhadoras durante o isolamento social da pandemia da COVID-19. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 5, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N5-149. ISSN 2447-0961

PEREIRA, A. dos S.; SILVA, I. R. da. História de vida e feminismos na Amazônia: um estudo de caso. **Educar em Revista**, v. 39, p. e87346, 2023.

PESSOA, A. B. **Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920)** / Alba Barbosa Pessoa. Manaus: [s.n.], 180p., 2010.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós, 2017.

QUEIROZ, Rafaele Cristina de Souza. **Escrevivências de corpos racializados com a assistência médica em Careiro/AM e Manaus/AM.** 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social.** In: SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

RESENDE, G.C.; FERREIRA, I.; SILVA, I.; BARBATO, S. Desafios para a permanência no ensino superior na Amazônia e os significados de trajetórias estudantis. **Revista Psicologia, Educação e Cultura**, v. 23, n. 6, 2022.

RIBEIRO, C.A.L., FREIRE, C.H.E. Mortalidade materna: perfil clínico e epidemiológico de uma maternidade pública do Amazonas. **Rev Femina**. Vol 50, n.4, 2022.

SALINO, Alessandra Valle; RIBEIRO, Glaucia Maria de Araújo. Análise da oferta de hospitais e leitos hospitalares no estado do Amazonas ante a pandemia da Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 47, n. 136, jan.-mar. 2023. Disponível em: https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/7673

SANTANA, R. G.; LOPES, R. F. F.. Aspectos conceituais do perdão no campo da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 3, p. 618–631, 2012.

SANTANA, R. R. et al.. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 2, p. e98702, 2021.

SANTOS, Fabiane Vinente dos; FERREIRA, Maria Assunta Pedrosa. O corpo-território: feminismos decoloniais, saúde e estratégias dos movimentos de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 30-44, jan./abr. 2022.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SAWAIA, B.B. **Exclusão ou inclusão perversa**. In: Sawaia, B.B. (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade (p.7-15). Petrópolis: Vozes, 2014.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Sander José Couto da; SILVEIRA, Suely de F. Ramos; SANTOS, Nálbia de Araújo. **Ensino presencial com mediação tecnológica no estado do Amazonas.** In: XI ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (XI EBAP), 2024, Brasília-DF. Anais [...]. Brasília: XI EBAP, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381116447_Ensino_Presencial_com_Mediacao_Tecnologica_no_Estado_do_Amazonas

SILVA, S. A. DA .. Migração internacional recente no amazonas: o caso dos Hispano-americanos. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, p. 155–177, jan. 2011.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAÚJO, Edna Maria de. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 4021-4030, 2017.

SOUSA, A. de L.; MEDEIROS, J. de S.; ALBUQUERQUE, D. da S.; HIGUCHI, M. I. G. Parque Verde Urbano como Espaço de Desenvolvimento Psicossocial e Sensibilização Socioambiental. **Psico**, [S. l.], v. 46, n. 3, p. 301–310, 2015. DOI: 10.15448/1980-8623.2015.3.17423.

SOUSA, F.R. **Povos Indígenas e saúde mental: a luta pelo bem habitar sereno e confiado**. 2018. 159 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUSA, Laiana Paula Severo de; SOARES, Maria Elias. **Políticas de permanência estudantil no ensino superior: a importância do programa restaurante universitário**. *SciELO Preprints*, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10208.

VENTURINI, Anna Carolina; FERES JÚNIOR, João. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 177, p. 228-249, jul./set. 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/198053147491.

VERGÈS, Françoise**. Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, V. M. S. DE A.; TORRENTÉ, M. DE O. N. DE.. Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210674, 2022.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. TOMO I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

ZANELLO, V.; SILVA, R. M. Saúde Mental, Gênero e Violência Estrutural. **Revista Bioética** [impressa], v. 22, n. 2, p. 267-279, 2012.